



**CNPJ nº 08.336.783/0001-90**

**NIRE nº 42300030759**

**Inscrição Estadual nº 255.266.626**

**Subsidiária Integral das Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc**

**Relatório Anual da Administração e Demonstrações Financeiras**

**2013**

## Mensagem da Administração

O ano de 2013 começou com uma das etapas mais importantes do *Celesc 2030*: a implantação das iniciativas para alcançar as metas traçadas para o Grupo Celesc e suas unidades de negócio. Concebido no ano anterior com a proposta de assegurar uma Empresa pública e competitiva, o Plano veio atender a uma exigência do novo Estatuto Social da Companhia, que traz a obrigatoriedade de um planejamento de longo prazo, com metas financeiras, físicas e de sustentabilidade bem definidas.

Em sua elaboração, o *Celesc 2030* foi desdobrado em três planos: o *Plano Diretor*, com visão de longo prazo para o Grupo (até quinze anos); o *Plano Regulatório*, para consolidar o posicionamento da Companhia; e o *Planejamento Estratégico*, com detalhamento das ações e metas para os próximos cinco anos. Para que as metas estabelecidas pelo Plano Diretor sejam realmente efetivadas, a Empresa conta com os Contratos de Gestão e Resultados e os Acordos de Desempenho, ferramentas necessárias para envolver toda a empresa na execução da estratégia. Para tanto, o Contrato de Gestão e Resultados é assinado entre o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva, e os Acordos de Desempenho são celebrados entre a Diretoria e as Assessorias, os Departamentos e as Agências Regionais.

Em cumprimento a mais uma etapa do processo, foi realizado um *workshop* para revisão do Plano Diretor e do Planejamento Estratégico, com a participação de todas as Diretorias Executivas. Na oportunidade, foram identificados pontos de atenção, mudanças de paradigmas e desafios, internos e externos, que devem ser vencidos para garantir a execução do Planejamento Estratégico e o alcance das metas do Plano Diretor, de forma a manter a sustentabilidade da Celesc.

Outro destaque, em 2013, na implantação do Plano Diretor Planejamento Estratégico foi o lançamento do Programa de Eficiência Operacional – o “Eficiência Máxima”, um desdobramento de cinco iniciativas do Celesc 2030 – por meio de vídeo disponibilizado simultaneamente em todos os computadores da Empresa, no dia 18 de abril. A mensagem, transmitida de Florianópolis para todas as 16 Agências Regionais na área de concessão, mobilizou os empregados em torno do mesmo objetivo: *Todos pela Celesc Pela Celesc de Todos*.

Ainda, em 2013, foi iniciada a implantação do processo de gestão estratégica de riscos e controles internos, estabelecendo inicialmente uma Política de Gestão Estratégica específica para isso, com os princípios, os objetivos, as diretrizes e as responsabilidades que servem de base para o processo. O intuito é contribuir no alcance dos objetivos do Plano Diretor da organização por meio de mecanismos para mitigação de riscos; para a eficácia e eficiência das operações, confiabilidade das demonstrações financeiras e conformidade com leis e regulamentos.



Essa estratégia contribui significativamente para a transparência e o incentivo às boas práticas de Governança Corporativa, servindo para preservar e otimizar, inclusive, os valores da organização. Por isso, foi aprovada ainda a Norma sobre Processo de Gestão Estratégica de Riscos e a Norma sobre o Processo de Controles Internos, que estabelecem as responsabilidades e os procedimentos necessários para alinhamento com os objetivos estratégicos da companhia. Como decorrência, foi criado o Comitê Executivo de Gerenciamento de Riscos e Controles Internos, que vai acompanhar o processo e servir como interlocutor com o Conselho de Administração, reportando avanços e oportunidades de melhorias.

Há muitos desafios no horizonte, mas sabemos que temos a energia necessária para vencê-los. A história da Celesc foi construída com muito trabalho e muita superação, que são os insumos necessários para caminhar à frente. Este relatório destaca as ações desse tempo de transformação, que produziram resultado em várias frentes e consolidam nossa convicção de que é impossível haver progresso sem mudanças.

De outra forma, sabemos que essa história é construída com muitas mãos, por isso temos que agradecer o empenho comum do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, das partes interessadas e, em especial, dos celesquianos, que se dedicam diariamente a honrar o compromisso de administrar bem o maior patrimônio empresarial do povo catarinense.

Cleverson Siewert  
Diretor Presidente

Pedro Bittencourt Neto  
Presidente do Conselho de Administração

## **1. Apresentação**

Senhores Acionistas,

Apresentamos o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Financeiras da Celesc Distribuição S.A. – Celesc D, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes, da Manifestação do Conselho de Administração e do Parecer do Conselho Fiscal. As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o novo padrão contábil estabelecido pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, denominado *International Financial Reporting Standards – IFRS*, introduzido no Brasil pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, consubstanciado na Instrução da Comissão de Valores Mobiliários – CVM nº 457, de 13 de julho de 2007, que determina a aplicação desta nova prática contábil a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, pelos pronunciamentos aprovados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e pelas normas específicas aplicáveis as concessionárias de serviço público de energia elétrica estabelecida pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

## **2. Perfil Empresarial**

### **2.1. Celesc Distribuição S.A. – Celesc D**

Com presença consolidada entre as melhores do setor elétrico do País, a subsidiária responsável pelos serviços de distribuição de energia elétrica é a 2<sup>a</sup> maior arrecadadora de ICMS do Estado de Santa Catarina e a 7<sup>a</sup> maior distribuidora de energia elétrica brasileira em volume de receita de fornecimento, a 7<sup>a</sup> em volume de energia distribuída e a 10<sup>a</sup> em número de unidades consumidoras.

A área de concessão da Celesc D corresponde a 92% de Santa Catarina. Seus serviços chegam a 262 dos 293 municípios catarinenses e ao município de Rio Negro, no Paraná, atendendo um total a 2,6 milhões de unidades consumidoras. A Celesc D atua ainda no suprimento de energia elétrica para o atendimento de quatro concessionárias e 11 permissionárias, responsáveis pelo atendimento dos demais 31 municípios catarinenses.

## **3. Cenário Econômico**

### **Macroeconomia**

O ano de 2013 foi marcado pela deterioração de boa parte dos fundamentos macroeconômicos brasileiros: pior resultado da balança comercial desde 2000, déficit em conta corrente, inflação de preços livres superando o teto da meta e queda expressiva do superávit primário do setor público foram alguns fatores que devolveram à economia brasileira o tom de desconfiança do passado. Para controlar os índices inflacionários e minimizar a fuga de capitais, o Banco Central iniciou, em abril de 2013, um ciclo de alta na taxa de juros básica.

Somado a isso, o contexto internacional não foi favorável para as economias emergentes, haja visto o crescimento chinês mais moderado (em torno de 7% a.a.), a zona do Euro com desempenho econômico pífio e elevado nível de desemprego, a estagnação da economia japonesa e a ainda fraca recuperação da economia norte-americana. No caso dos EUA, a sinalização de retirada dos estímulos monetários por parte do Federal Reserve (banco central) teve como uma das principais consequências a depreciação do Real.

### **Economia Catarinense**

A alta da taxa de câmbio não foi suficiente para compensar a queda na demanda externa, com isso, a economia catarinense assistiu novamente às exportações diminuírem significativamente, sendo que o déficit na balança comercial superou, em novembro, o recorde registrado em 2012. No entanto, o fraco desempenho das vendas ao exterior foi compensado, em parte, pelo desempenho do consumo interno. Destaque para os segmentos de metalurgia básica, vestuário e celulose e papel que tiveram altas na produção, e também para os setores de veículos automotores e autopeças e produtos de metais que recuperaram parte do recuo registrado em 2012.

O dado positivo do balanço catarinense foi a criação de empregos. A indústria catarinense de transformação foi a segunda maior geradora de postos de trabalho no Brasil em 2013. Em números absolutos, os maiores geradores de emprego foram os setores têxtil e de vestuário, com 12 mil novas vagas, e madeira e móveis, com 4,6 mil. Segundo avaliação da FIESC, a manutenção das contratações mostra uma expectativa do industrial catarinense na recuperação da economia em 2014.

### **Mercado de Energia Elétrica em Santa Catarina**

O volume de energia elétrica distribuído pela Celesc D somou 22.102 GWh em 2013, registrando crescimento de 4% em relação a 2012. O principal impulsionador para resultado foi o crescimento de 4,9% da classe residencial, que totalizou 4.865 GWh distribuídos. A principal razão para o alto crescimento do consumo dessa classe, que representa 22% de toda a energia distribuída pela Celesc Distribuição, é a temperatura. Com exceção de fevereiro e março, que apresentaram temperaturas inferiores ao esperado, o inverno e o verão em 2013 foram bem intensos no estado. Esse fato, aliado com o maior estoque de eletrodomésticos em poder das famílias, acarretou no uso intensivo de aparelhos aquecedores e resfriadores, elevando o consumo de energia elétrica nas residências.

A classe industrial também apresentou bom desempenho em 2013, com crescimento de 4,0% em relação a 2012, totalizando 9.672 GWh. Isso pode ser explicado devido à entrada de novas cargas em 2013, que acabaram por compensar em parte o fraco desempenho da indústria.

A classe comercial não teve o mesmo crescimento do ano anterior: 12,3%. Essa base alta foi justamente um dos motivos para o crescimento de 4% no ano, acumulando 3.604 GWh distribuídos. Outro motivo para a classe comercial não ter apresentado o mesmo consumo de 2012 foi o desempenho econômico, em virtude do esgotamento do modelo de crescimento

brasileiro baseado no crédito e no consumo.

No ambiente do Mercado Livre, fortalecido pelas migrações do Mercado Cativo, o consumo no ano foi de 5.655 GWh, com crescimento de 10,9% no comparativo com 2012. No outro lado, o Mercado Cativo reportou aumento de 1,8%, com consumo de 16.447 GWh.

#### **4. Ambiente Regulatório**

O setor de distribuição de energia elétrica refletiu, basicamente, o novo perfil da energia comprada pelas distribuidoras, com presença cada vez maior de energia gerada em termelétricas, cujo custo é maior que a gerada em hidrelétricas. Em final de julho, a ANEEL definiu o reajuste médio de 13,73% para as tarifas de energia elétrica dos 2,5 milhões de consumidores atendidos na área de concessão da Celesc D. O reajuste, que passou a ser praticado a partir de 7 de agosto, foi diferenciado por classe de consumo, variando de 19,15% para o grupo de tensão A1 (grande siderurgia) até 13% para o grupo B3 (Comércio de pequeno e médio porte).

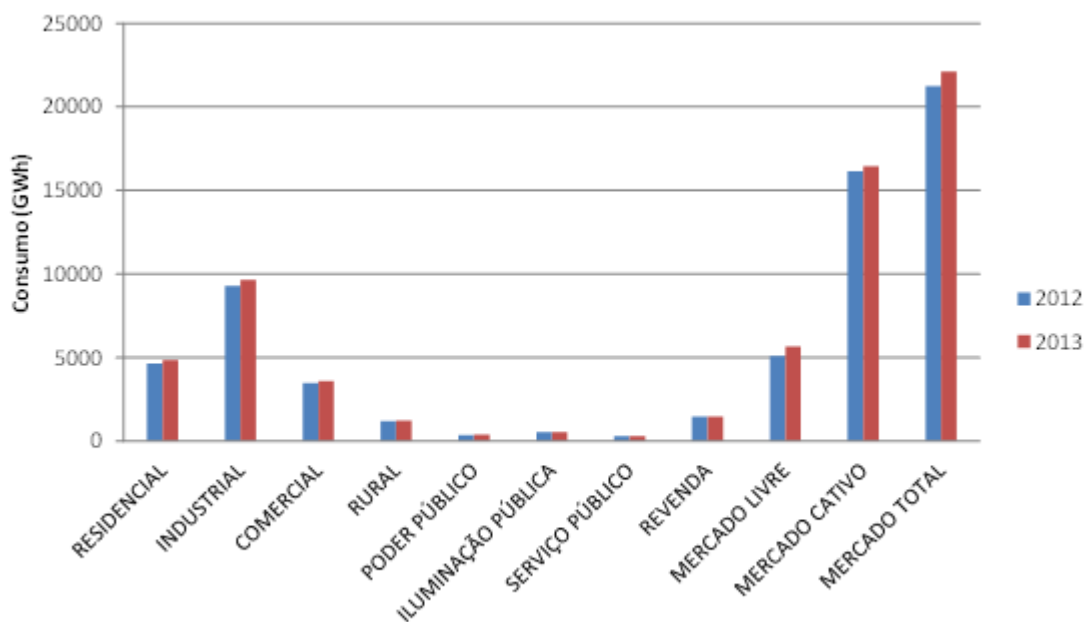
Por questões ambientais, o Governo Federal reduziu a construção de usinas que necessitam de grandes reservatórios, favorecendo a geração térmica, uma nova tendência, que impactou nos preços praticados pelo mercado. Na nova tarifa da Celesc, o custo da energia respondeu por quase 80% do reajuste em relação ao ano anterior.

Na Revisão Tarifária de 2012, o custo previsto para compra de energia ficou aquém do realizado. Por conta disso, ao longo de doze meses, a Celesc foi onerada em R\$569,5 milhões por conta dos despachos não previstos na tarifa oriunda da energia das usinas térmicas. Esse valor foi ressarcido à Empresa via recursos da Conta de Desenvolvimento Energético conforme estratégia do Governo Federal para evitar impacto ainda maior no índice de reajuste tarifário das distribuidoras.

#### **5. Desempenho do Mercado**

##### **5.1. Distribuição de Energia Elétrica**

Em dezembro de 2013, o número de unidades consumidoras atendidas pela Celesc D foi 2.589.464, registrando crescimento anual de 3,4%, dentro da média dos anos anteriores. O gráfico a seguir auxilia na ilustração dos dados comparativos de consumo na área atendida pela Celesc Distribuição, sem considerar o consumo próprio:



Comparação de Consumo de Energia em GWh

Fonte: DCL/DPCM/DVME

Nota: Demais Classes<sup>1</sup> = Poder Público + Iluminação Pública + Serviço Público + Revenda. Não considera o consumo próprio.

## 6. Investimentos

O volume de investimentos da Celesc D, em 2013, foi de R\$336.463 mil ante aos 353.168mil em 2012. Este montante foi destinado à expansão e melhoria do sistema, eficiência operacional e modernização da gestão.

### 6.1. Distribuição de Energia Elétrica

#### 6.1.1. Expansão do Sistema

Para atender ao crescimento de mercado bem como os índices de qualidade impostos pela ANEEL, o sistema elétrico de distribuição recebeu investimentos da ordem de R\$180 milhões. Embora a Celesc tenha tido um desempenho global que atende os limites estabelecidos pelo órgão regulador (ANEEL), há pontos específicos do sistema nos quais foram identificadas e planejadas obras de melhorias e reforços. Destacamos as seguintes obras no sistema de Alta Tensão:

1. No Planalto Norte, a implantação da subestação Papanduva, na tensão de 138kV, para reforçar o atendimento à Papanduva, Major Vieira, Santa Terezinha e Monte Castelo. Esta obra está contratada e aguarda a emissão do licenciamento ambiental, tendo previsão de conclusão em outubro/2014;

2. No município de Curitiba, a implantação da subestação Curitiba Área Industrial, na tensão de 138kV, obra em andamento com conclusão prevista para maio/2014;
3. No município de Palhoça, a implantação da subestação Palhoça Pinheira, na tensão de 138kV. Essa obra está contratada, e aguarda a emissão do licenciamento ambiental, tendo previsão de conclusão em dezembro/2014;
4. No município de Joinville, a implantação da subestação Joinville Perini, na tensão de 138kV. Essa obra está em fase final de implantação e tem previsão para conclusão em março/2014;
5. No município de Concórdia, a implantação da subestação Concórdia São Cristóvão, e a linha de transmissão Ponte Serrada – Concórdia, na tensão de 138kV. Essa obra está contratada e aguarda a emissão do licenciamento ambiental, tendo previsão para início em maio/2014;
6. No sul do Estado, a implantação da linha de transmissão Forquilha Rede Básica – Turvo, na tensão de 69kV, em andamento com previsão para conclusão em julho/2014;
7. No município de Garopaba, a implantação da subestação Garopaba Encantada, na tensão de 138kV. Essa obra aguarda a emissão do licenciamento ambiental, e tem previsão de conclusão em dezembro/2015.

As obras citadas são parte das obras previstas no PDD (Plano de Desenvolvimento da Distribuição) que inclui também ampliações e reforços em outras subestações existentes, além da expansão do sistema de Média Tensão.

Por meio do Programa de Universalização do Atendimento, 1.954 famílias passaram a contar com os confortos proporcionados pela energia elétrica em toda a área de concessão da Celesc D, com a construção de 300 quilômetros de redes de distribuição. O total de investimentos no ano foi R\$13,2 milhões, distribuídos por obras em 230 municípios catarinenses. Para isso, foram empregados 3.460 postes e 1.046 transformadores.

### **6.1.2. Automação e Novas Tecnologias**

Ao longo dos últimos anos, a Celesc D fez importantes investimentos para incorporar novas tecnologias. Um deles, com a implantação do projeto de Automação da Distribuição, possibilita à Companhia controlar a rede de Média Tensão, indo além das subestações, já telecontroladas. Em 2013, foram adquiridos e instalados 340 religadores telecomandados e a previsão para os próximos três anos é de alcançar até três mil religadores instalados na rede, com investimentos de R\$100 milhões. Assim, será possível telecontrolar toda rede de Média Tensão por meio dos Centros de Operação da Distribuição – CODs, trazendo mais agilidade na recomposição do sistema elétrico e na identificação de problemas na rede.

No âmbito da medição de energia, a Empresa implantou um dos centros de controle da medição mais modernos do País, com acesso em tempo real às informações de 10 mil



consumidores do grupo A (Alta Tensão) e, com isso, dados precisos e atualizados que permitem gestão mais adequada do sistema e dos consumidores. Os investimentos no Centro de Operação da Medição – COM, nos equipamentos e sistemas associados totalizaram R\$12 milhões.

### **6.1.3. Eficiência Energética**

Em 2013, foram investidos R\$ 42 milhões para viabilizar ações de eficiência energética. Estimativas apontam que o Programa gerou redução de aproximadamente 95.000 MWh/ano, o que equivale ao consumo mensal de 500 mil residências, beneficiando, principalmente, comunidades de baixo poder aquisitivo, hospitais filantrópicos e clientes residenciais, por meio dos seguintes projetos:

- Projeto Baixa Renda “Sou Legal, Tô Ligado!” - Substituição de lâmpadas, Sistema de aquecimento solar, regularização de padrão de entrada e reforma nas instalações elétricas para comunidades de baixo poder aquisitivo;
- Projeto Baixa Renda “Calamidade Pública” - Substituição de refrigeradores e sistemas de aquecimento solar em municípios afetados pelas chuvas em 2008;
- Projeto Comércio e Serviços "Hospitais Filantrópicos" (26 hospitais efetivamente eficientizados) - Substituição de refrigeradores, sistemas de iluminação, motores elétricos, autoclaves e condicionadores de ar em hospitais;
- Projeto Comércio e Serviços "Hospitais Filantrópicos II" (39 hospitais) - Substituição de refrigeradores, sistemas de iluminação, motores elétricos, autoclaves e condicionadores de ar em hospitais;
- Projeto Baixa Renda “COHAB” - Substituição de lâmpadas e instalação de sistemas de aquecimento solar em conjuntos habitacionais da COHAB;
- Projeto Baixa Renda “CELESC na sua Casa” - Substituição de lâmpadas e aquisição de 2 micro-ônibus;
- Projeto Poder Público “Banho de Sol 4” - Instalação de sistema de aquecimento solar em 116 instituições sem fins lucrativos;
- Projeto Residencial “Bônus Eficiente” - Substituição de refrigeradores, freezers e condicionadores de ar para consumidores residenciais;
- Projeto Residencial “Bônus Eficiente II” - Substituição de refrigeradores e freezers para consumidores residenciais;
- Projeto Baixa Renda “Energia do Bem” - Substituição de lâmpadas, sistema de aquecimento solar, refrigeradores e trocadores de calor para consumidores com tarifa social;
- Projeto Baixa Renda “Energia do Bem 2” - Substituição de lâmpadas e trocadores de calor para consumidores com tarifa social na região de Tubarão e Criciúma;
- Projeto Baixa Renda “Energia do Bem 3” - Substituição de lâmpadas e trocadores de calor para consumidores com tarifa social na região de Videira e Joaçaba;
- Projeto Industrial "Indústria +Eficiente" - Substituição de 505 motores e dois chillers (sistema de resfriamento de ambiente) em indústrias.
-

#### **6.1.4. Capacitação Profissional**

Em 2013, a Celesc D somou 16.895 participações em treinamentos internos e externos. O número total de horas/aula de treinamento chegou a 100 mil, com investimento em capacitação de R\$ 2,4 milhões. As ações desenvolvidas são de caráter empresarial, cujos valores são a economicidade, a relação custo-benefício e o retorno em qualidade e produtividade, salvo as exigências legais.

No ano, houve dois grandes destaques nessa área: a formação de 107 eletricitistas de distribuição, aprovados no concurso de 2013 e a realização do 1º Rodeio Estadual de Eletricitistas da Celesc D, que reuniu eletricitistas e demais profissionais da Empresa em prol de da filosofia de *Segurança Sempre*. Esse evento foi um desdobramento do Programa de Rodeios estabelecidos no começo de 2012 como estratégia de consolidação de treinamento e segurança no âmbito corporativo.

#### **6.1.5. Pesquisa e Desenvolvimento – P&D**

Na busca de inovações para superar os desafios tecnológicos e de mercado na área de energia elétrica, o Programa de P&D da Celesc D tem investido predominantemente no seu principal foco de negócio: a distribuição de energia elétrica. Em 2013, foram investidos mais de R\$14 milhões no Programa.

Atualmente, estão em desenvolvimento 34 projetos de pesquisas, que somam investimento de R\$52,5 milhões e outros oito projetos que estão em fase de contratação, no valor total de R\$12 milhões. Estão ainda em fase de avaliação, 106 projetos (orçados em R\$ 390 milhões) que foram apresentados na última chamada pública.

Está aprovado pela ANEEL, e em fase de contratação, um projeto direcionado à energia eólica, no valor total de R\$20 milhões, para desenvolver um protótipo para geração distribuída por meio da força dos ventos. Para as novas contratações de projetos, a partir de agora, o foco é a geração de novos negócios para a Celesc, visando tornar viável o processo autossustentável e a busca de novas receitas.

#### **6.1.6. Desempenho dos Indicadores de Qualidade do Fornecimento de Energia**

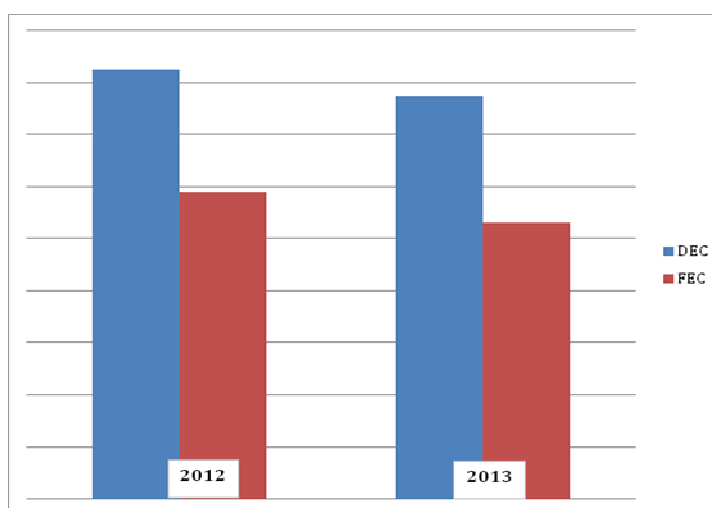
Historicamente, a Celesc Distribuição cumpre sempre o padrão de qualidade do serviço estabelecido pela ANEEL para os indicadores de Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora – DEC e de Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora – FEC. Essa condição coloca a Empresa entre as mais eficientes do Setor Elétrico Brasileiro como decorrência de ações que envolvem planejamento robusto, investimentos eficazes e melhorias contínuas.

Em relação a 2012, a Celesc D apresentou melhora de 6,2% no DEC e de 10% no FEC. O DEC de 2013 indica um sistema elétrico com confiabilidade superior a 99,8%, ou seja, o

sistema está disponível, em média, 99,8% das horas de um ano aos seus consumidores.

O modelo de planejamento, cujas análises técnicas são focadas no horizonte dos próximos cinco a dez anos, é a base para dimensionar os investimentos fundamentais e assegurar que o sistema elétrico esteja adequado à demanda. Nas análises são avaliadas as estruturas do sistema de Alta e de Média Tensão que necessitam de reforços, substituição de equipamentos ou novas obras. Esses investimentos compõem o PDD (Plano de Desenvolvimento da Distribuição), submetido à avaliação e acompanhamento por parte da ANEEL.

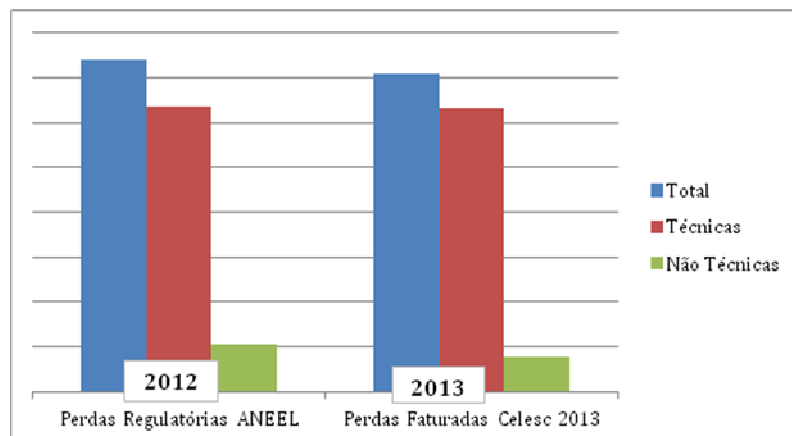
O bom desempenho desses indicadores ganha ainda mais significado à medida que a ANEEL, para melhorar continuamente o atendimento à sociedade, periodicamente revê os limites para DEC e FEC. Assim, o desafio imposto às empresas cresce a cada ano para promover a melhoria contínua dos serviços prestados. Para o período 2012-2015, a ANEEL exige melhoria de cerca de 30% nesses indicadores.



### 6.1.7. Perdas na Distribuição

De acordo com a última Revisão Tarifária Periódica da Celesc D, a perda regulatória da distribuição foi definida em 7,40%. Desse total, 6,35% referem-se às perdas técnicas e 1,05% às perdas não técnicas.

Em 2013, as perdas faturadas representaram 7,08% da energia injetada no sistema de distribuição da concessionária, 6,30% referentes às perdas técnicas definidas pelo PRODIST – Módulo 7 (2012) e 0,78% correspondem às perdas não técnicas, conforme gráfico abaixo.



## 7. Desempenho Econômico-Financeiro

As principais informações financeiras da Celesc D são as seguintes:

Dados Econômico-Financeiros	31 de dezembro 2013	31 de dezembro 2012	AH
Receita Operacional Bruta	6.618.833	6.830.058	-3,1%
Receita Operacional Líquida	4.780.203	4.348.617	9,9%
Resultado das Atividades	132.049	(396.670)	-133,3%
EBITDA	289.318	(244.632)	-218,3%
Margem EBITDA (EBITDA/ROL)	6,1%	-5,6%	11,7 p.p.
Margem Líquida (LL/ROL)	3,1%	-3,1%	6,2 p.p.
Resultado Financeiro	83.275	200.327	-58,4%
Ativo Total	4.960.358	4.729.287	4,9%
Patrimônio Líquido	1.538.756	1.219.509	26,2%
Lucro Líquido (Prejuízo)	149.258	(133.018)	-212,2%

p.p – Pontos Percentuais

A Celesc D encerrou o exercício de 2013 com uma Receita Operacional Bruta de R\$6.618.833 mil, inferior 3,1% em relação a 2012 no valor de R\$6.830.058 mil. A Receita Operacional Líquida em 2013 foi de 4.780.203 mil, 9,9% superior a 2012, que foi de R\$4.348.617 mil.

O EBITDA no exercício de 2013 foi de R\$289.318 mil e apresentou aumento de 218,3% em relação a 2012, ano que atingiu negativamente o valor de R\$ 244.632 mil. A Margem do EBITDA também apresentou melhoras passando de -5,6% em 2012 para 6,1% em 2013.

A movimentação do Lucro antes dos Juros, Impostos e Amortização – EBITDA está detalhada a seguir:

Conciliação do EBITDA - R\$ MIL	31 de dezembro 2013	31 de dezembro 2012
Lucro/Prejuízo líquido	149.258	(133.018)
IRPJ e CSLL corrente e diferido	66.066	(63.325)
Resultado financeiro	(83.275)	(200.327)
Amortização	157.269	152.038
<b>EBITDA</b>	<b>289.318</b>	<b>(244.632)</b>

## 7.1. Ativos e Passivos Regulatórios

Destina-se a contabilização dos custos não gerenciáveis, assim definidos pela ANEEL, incluídos na conta de Compensação da Variação dos Custos da “Parcela A” – CVA, e ainda não repassados às tarifas de fornecimento de energia elétrica.

Os referidos custos integram a base dos reajustes tarifários e são apropriados ao resultado, à medida que a receita correspondente é faturada aos consumidores conforme determinado nas Portarias Interministeriais nº 25 e nº 116, de 24 de janeiro de 2002 e 04 de abril de 2003 respectivamente, e disposições complementares da ANEEL. O saldo dessa conta é atualizado com base na taxa de juros utilizada pelo Sistema Especial de Liquidação e Custódia – Selic.

### a) Conta de Compensação de Variação de Custos da “Parcela A” – CVA

Descrição	31 de dezembro 2012	31 de dezembro 2013
CVA 2012 - Período de 08.08.2011 a 07.08.2012	19.906	-
CVA 2013 - Período de 08.08.2011 a 07.08.2013	144.877	5.471
CVA 2014 - Período de 08.08.2013 a 07.08.2014	-	195.396
<b>Total da CVA</b>	<b>164.783</b>	<b>200.867</b>

Descrição	31 de dezembro 2012	Adição	Baixa	Atualização	Amortizaçã o	31 de dezembro 2013
<b>ATIVO</b>						
Conta de Cons. de Combustível - CCC	9.051	3.254	(738)	794	(4.993)	7.368
Conta de Desenv. Energético - CDE	12.645	-	(4.268)	231	(8.608)	-
Energia Comprada p/ Revenda	132.228	651.012	(604.831)	25.383	(16.649)	187.143
Energia Comprada p/ Revenda - LP	-	160.447	(64.972)	-	-	95.475
Encargos de Serviço do Sistema - ESS	4.766	61.988	(68.000)	1.246	-	-
Uso da Rede Básica	8.023	3.815	(9.420)	71	-	2.489
Transporte de Energia de Itaipu	501	1.195	-	63	(808)	951
Proinfa	10.237	11.582	-	860	(13.553)	9.126

<b>Total no Ativo</b>	<b>177.451</b>	<b>893.293</b>	<b>(752.229)</b>	<b>28.648</b>	<b>(44.611)</b>	<b>302.552</b>
Parcelas Classif. no Ativo Circulante	177.451	732.846	(687.257)	28.648	(44.611)	207.077
Parcelas Classif. no Ativo Não Circulante	-	160.447	(64.972)	-	-	95.475
<b>PASSIVO</b>						
Conta de Cons. de Combustível - CCC	(1.507)	-	-	(37)	1.544	-
Conta de Desenv. Energético - CDE	-	(32.412)	28.960	(437)	1.571	(2.318)
Energia Comprada p/ Revenda	-	(19.448)	19.448	-	-	-
Encargos de Serviço do Sistema - ESS	(9.919)	(67.897)	4.835	(1.849)	10.807	(64.023)
Encargos de Serviço do Sistema - ESS - LP	-	(27.488)	-	-	-	(27.488)
Uso da Rede Básica	(165)	(12.776)	-	(407)	5.492	(7.856)
Transporte de Energia de Itaipu	(1.077)	-	-	(26)	1.103	-
<b>Total no Passivo</b>	<b>(12.668)</b>	<b>(160.021)</b>	<b>53.243</b>	<b>(2.756)</b>	<b>20.517</b>	<b>(101.685)</b>
Parcelas Classif. no Passivo Circulante	(12.668)	(113.085)	33.795	(2.756)	20.517	(74.197)
Parcelas Classif. no Passivo Não Circulante	-	(46.936)	19.448	-	-	(27.488)
<b>Saldo da CVA</b>	<b>164.783</b>	<b>733.272</b>	<b>(698.986)</b>	<b>25.892</b>	<b>(24.094)</b>	<b>200.867</b>

## b) Outros Ativos Regulatórios

Descrição	31 de dezembro 2012	Adição	Amortização	31 de dezembro 2013
Ativos Reg. - Outros Itens Financeiros IRT	57.152	80.103	(83.402)	53.853
<b>Total</b>	<b>57.152</b>	<b>80.103</b>	<b>(83.402)</b>	<b>53.853</b>
Ativo Circulante	57.152	80.103	(83.402)	53.853

## c) Outros Passivos Regulatórios

Descrição	31 de dezembro 2012	Adição	Amortização	31 de dezembro 2013
Passivos Reg. - Neutralidade Encargos Setoriais	(28.911)	(30.173)	41.483	(17.601)
<b>Total</b>	<b>(28.911)</b>	<b>(30.173)</b>	<b>41.483</b>	<b>(17.601)</b>
Passivo Circulante	(28.911)	(30.173)	41.483	(17.601)

## 8. Desempenho Social

A Celesc D procura assumir princípios e compromissos em parceria com diferentes entidades para ampliar a atuação social e desenvolver processos de melhoria contínua na gestão. Dessa forma, torna-se solidária e ativa nos temas relevantes ao desenvolvimento da sustentabilidade.

Um grande destaque do ano foi a instituição do Programa Celesc Voluntária, que visa construir e efetivar o conceito de cidadania empresarial junto à força de trabalho da Celesc Distribuição, criando uma identidade coletiva voltada para o despertar da consciência e da participação de indivíduos, mostrando que podem ser agentes de transformação, com base nas seguintes diretrizes:

- ✓ Manter, preservar e/ou reter talentos;
- ✓ Oportunizar para a força de trabalho outro olhar sobre aqueles que estão à margem de políticas públicas e em situação de risco social;
- ✓ Estreitar laços com a comunidade;
- ✓ Integrar a força de trabalho;
- ✓ Melhorar a imagem da empresa junto aos seus *stakeholders*.

O mote dessa primeira edição foi “Nossa energia para construir cidadania”. A ação foi realizada por profissionais da Administração Central, e das Agências Regionais de Florianópolis, Tubarão, Criciúma, Videira, Itajaí e Mafra, beneficiando 5.234 catarinenses com o envolvimento de 150 empregados em 84 horas de voluntariado. A partir de 2014, o Programa será estendido às demais Agências Regionais.

Outro destaque do ano foi a doação de R\$1,3 milhão pela Celesc para a Federação das APAES de Santa Catarina (FEAPAEs). A quantia doada às APAES foi fruto da primeira edição do Projeto Bônus Eficiente, que viabilizou a troca de 29.115 eletrodomésticos antigos por equipamentos novos, que consomem menos eletricidade, com 50% de desconto. No momento da troca, os consumidores que compravam equipamentos com preço até R\$1.000,00 doavam R\$30,00. Acima de R\$1.000,00 as doações foram de R\$50,00. Todo o volume arrecadado foi revertido, conforme regras do projeto, para a FEAPAEs.

A Celesc D investe ainda em outros importantes projetos na área de responsabilidade social:

### **Energia do Futuro**

O projeto viabiliza a construção de coletor solar com o uso de produtos recicláveis (caixas tetrapak e garrafas pet), contribuindo para a redução do consumo de energia elétrica em residências de famílias com baixo poder aquisitivo e gerando trabalho e renda para famílias cooperativadas pelo próprio Projeto para trabalhar na fabricação dos coletores.

### **Jovem Aprendiz**

Atende à Lei Federal nº 10.097/2000, que prevê a preparação de jovens para o primeiro emprego, a partir da experiência nas diversas empresas do País. Em 2009, a Empresa promoveu avanços no projeto e em parceria com o Ministério Público Estadual instituiu que os jovens participantes do projeto, na Empresa, passassem a ser indicados exclusivamente por instituições/entidades de acolhimento à criança e ao adolescente. Em 2010, em mais uma iniciativa inclusiva, passou a inserir jovens com deficiência auditiva e física. Em 2013, foram acolhidos 170 Jovens pela Empresa.

### **Sou Legal, Tô ligado**

O projeto, viabilizado com recursos do programa de eficiência energética, é um dos mais inovadores. Por meio do projeto, realizou-se ampla pesquisa para traçar o perfil de consumo de energia elétrica em 92 comunidades de baixa renda em 46 municípios catarinenses e, a partir desse diagnóstico, foram desenvolvidas diversas ações educacionais.

Sob a ótica ambiental, o desafio foi conscientizar para as questões do aquecimento global, uso indevido de recursos naturais, mudanças climáticas, desperdício de energia. Utilizando-se abordagem lúdica e pedagógica, as ações envolveram sessões de cinema, concursos de redação e música, peças teatrais, oficinas ecoartesanais e de grafiteagem. Essas ações foram realizadas nos anos de 2008 e 2009.

A partir da mesma plataforma de dados, foram cadastradas unidades consumidoras que estão sendo beneficiadas com doação de 157 mil lâmpadas e 1.285 aquecedores, além da regularização de 3.130 padrões de entrada e reforma elétrica de 500 unidades consumidoras. Em 2010, a Celesc Distribuição licitou a contratação de empresas para viabilizar a implantação dos benefícios e, em 2011, os trabalhos foram iniciados. O projeto gerou 96 empregos temporários para mulheres, líderes das comunidades abrangidas, e para 80 jovens que trabalharam com a pesquisa nas comunidades, além dos artistas que trabalharam com grafiteagem.

### **Compromissos Voluntários:**



O Programa **Na Mão Certa** é uma iniciativa da *Childhood* Brasil que visa mobilizar governos, empresas e organizações do terceiro setor em torno do enfrentamento mais eficaz da exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias brasileiras. A

frota de veículos da Celesc possui adesivos com informações sobre o Disque 100, canal de denúncias exclusivo do *Na Mão Certa*. Conheça o programa acessando:

[www.namaocerta.org.br/](http://www.namaocerta.org.br/)



*Pacto Global/Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM):* A Celesc assumiu o compromisso com programa da Organização das Nações Unidas

(ONU) que visa consolidar conceitos básicos de cidadania assim como melhorar a qualidade de vida de todos no planeta. Em 2012, a Companhia realizou o II Simpósio Estadual Objetivos do Milênio, em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e com o movimento nacional *Nós Podemos*.



### **Pacto Empresarial pela Integridade e contra a Corrupção – Empresa Limpa:**



Pacto criado para unir empresas com o objetivo de promover um mercado mais íntegro e ético e erradicar o suborno e a corrupção no país. Como signatária, a Celesc assume o compromisso de divulgar a legislação

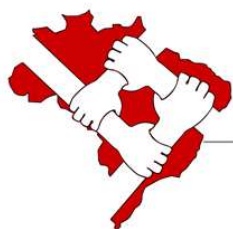
brasileira anticorrupção para seus funcionários e partes interessadas, a fim de que ela seja cumprida integralmente. Além disso, elas se comprometem a vedar qualquer forma de suborno, trabalhar pela legalidade e transparência nas contribuições a campanhas políticas e primar pela transparência de informações e colaboração em investigações, quando necessário. <http://empresalimpa.org.br>



**“O que você tem a ver com a corrupção?”** Em 2013, Celesc oficializou seu apoio à Campanha nacional, por meio da assinatura de Termo de Cooperação e Adesão com o Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) e com a Coordenação Estadual da campanha. O apoio da Empresa na disseminação da campanha se dará por meio de ações de estímulo aos seus públicos de interesse, divulgando materiais de conscientização a respeito do tema, veiculação de mensagens referentes ao projeto nas faturas de energia e nas Agências de Atendimento, além de

debates com todos os empregados.

**Cadastro das Empresas Pró-Ética:** A Celesc faz parte do Cadastro Nacional de Empresas Comprometidas com a Ética e a Integridade, iniciativa da Controladoria Geral da União e do Instituto Ethos, que avalia e divulga as empresas voluntariamente engajadas na construção de um ambiente de integridade e confiança nas relações comerciais, incluindo aquelas que envolvem o setor público. Mais informações: [www.cgu.gov.br/empresaproetica](http://www.cgu.gov.br/empresaproetica).



### **PACTO NACIONAL**

Pela Erradicação do Trabalho Escravo

Lançado em 2005, reúne empresas brasileiras e multinacionais que assumiram o compromisso de não negociar com quem explora o trabalho escravo. A gestão do Pacto é realizada pelo Comitê de Coordenação e Monitoramento, composto pelo

Instituto Ethos, o Instituto Observatório Social (IOS), a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a ONG Repórter Brasil. Além de restringir economicamente os empregadores que cometem este crime, o Pacto prevê a promoção do trabalho decente, a integração social dos trabalhadores em situação de vulnerabilidade e o combate ao aliciamento. O Pacto, reúne atualmente 250 empresas, que juntas correspondem à 30% do PIB Nacional. Como signatária, a Celesc se compromete a

incrementar esforços visando dignificar e modernizar as relações de trabalho em sua cadeia produtiva. Mais informações: [www.pactonacional.com.br](http://www.pactonacional.com.br).

## **9. Desempenho Meio Ambiente**

A integração do conceito de desenvolvimento sustentável à estratégia corporativa, a busca do melhoramento contínuo do desempenho ambiental de obras e serviços, e a oferta à sociedade de serviços que contemplem de forma permanente as variáveis socioambientais são alguns dos Princípios de Política Ambiental da Celesc Distribuição incorporados no momento do planejamento e execução de Programas Ambientais, visando minimizar e/ou mitigar os impactos ambientais de seus empreendimentos e atividades.

Princípios da Política Ambiental da Celesc Distribuição:

- integrar o conceito de desenvolvimento sustentável à estratégia corporativa;
- desenvolver a competência e a mobilização do quadro funcional pela ética partilhada de desenvolvimento sustentável;
- trabalhar em parceria com instituições públicas, privadas e comunidades por melhor qualidade de vida, buscando o equilíbrio dos interesses das partes;
- buscar o melhoramento contínuo do desempenho ambiental de obras e serviços mediante o aperfeiçoamento de métodos e processos e a incorporação de novas tecnologias;
- oferecer à sociedade serviços que incorporem, de forma permanente, as variáveis socioambientais;
- fomentar o uso racional de energia entre seus clientes e a sociedade em geral;
- exigir de contratados e fornecedores, atitudes ambientais coerentes com esse conjunto de princípios.

Na Celesc D, a concepção de novos projetos tem se pautado pela melhoria contínua do desempenho socioambiental. Por isso, além do diagnóstico ambiental, o estudo contempla a identificação dos impactos sociais e econômicos que poderão ser gerados pela implantação do empreendimento. Após a identificação, são estudadas medidas para tratamento dos impactos ambientais e sociais, mediante a realização de ações para eliminar, minimizar e compensar impactos negativos, consolidadas na forma de programas ambientais, que visam também assegurar a qualidade ambiental da área de influência, o monitoramento ambiental e a mitigação dos impactos negativos no entorno dos empreendimentos. O número de programas ambientais e suas extensões variam conforme as características de cada empreendimento como porte, abrangência e especificações técnicas. O controle dos programas ambientais é realizado pela equipe de supervisão ambiental, que verifica a conformidade do empreendimento frente às condicionantes estabelecidas nas licenças ambientais concedidas.

As ações da Celesc D não implicam em desapropriação de áreas de servidão instituídas por ocasião da implantação de linhas de transmissão, áreas essas que são indenizadas por restrição de uso. Entretanto, a Empresa investe na preservação e recuperação de patrimônio artístico e

cultural, quando necessário, em função do porte do empreendimento ou de indícios da existência de vestígios arqueológicos, por meio de estudos arqueológicos para a implantação de novos empreendimentos de linhas e subestações e, quando for o caso, de Salvamento de Patrimônio artístico e cultural local.

Para que seja realizado o fornecimento de energia elétrica em uma nova unidade consumidora, é necessário também que o interessado apresente todas as anuências dos órgãos competentes, nas esferas municipal, estadual e federal, quando aplicável, comprovando a regularidade quanto à ocupação do imóvel.

Em 2012, a Celesc D elaborou e iniciou a implantação do seu Plano de Gerenciamento de Resíduos – PGR, que tem como principal objetivo proporcionar a gestão integrada dos resíduos gerados nas atividades administrativas e operacionais da Concessionária, em observância à nova Política Nacional de Resíduos Sólidos, instituída pela lei nº 12.305 de 20 de agosto de 2010.

O programa proporciona condições para o planejamento do gerenciamento dos resíduos gerados de forma integrada, abrangendo desde o descarte de material ou equipamento, tornando-se resíduo, passando por sua coleta, segregação, acondicionamento, armazenagem, transporte, até sua destinação final, apresentando ainda as definições, normas técnicas, legislações e demais materiais relacionados aos resíduos, que subsidiarão a elaboração e compreensão destes procedimentos. O correto gerenciamento dos resíduos propicia a redução deles na fonte, a correta segregação na origem, reduz os custos e riscos associados à sua gestão, além de estabelecer procedimentos adequados ao manejo dos resíduos sólidos provenientes das atividades e serviços exercidos, de acordo com as legislações e normas técnicas vigentes.

O desenvolvimento do Plano de Gerenciamento de Resíduos é de fundamental importância para qualquer empresa que deseja minimizar os custos e riscos associados à gestão de resíduos, estabelecendo assim uma proposta de gerenciamento dos resíduos por meio da qualificação e da quantificação dos resíduos gerados em todos os seus setores, propondo maneira adequada de disposição, armazenamento e/ou reaproveitamento, visando minimizar os prejuízos ao meio ambiente.

Um episódio atípico aconteceu em 19/11/2012, quando foram furtados os registros de dois transformadores na subestação didática do antigo Centro de Formação e Aperfeiçoamento (CeFA) da Celesc, lançando 11.640 litros de óleo ao solo. Esse óleo percorreu o sistema de drenagem e ficou retido nos canais de drenagem no entorno da subestação. Informada do ocorrido em 19/12/2012, a Celesc adotou imediatamente as ações de remoção do óleo sobrenadante e resíduos sólidos, concluindo o processo entre os dias 20/12/2012 e 27/12/2012. Entre 30/01/2013 e 05/02/2013, o efluente líquido e o resíduo sólido foram encaminhados à destinação final e, no período de 10/01/2013 a 19/04/2013, foi desenvolvido o diagnóstico ambiental e o PRAD – Projeto de Recuperação de Área Degradada. Preventivamente, a FATMA embargou uma área de 730 hectares na baía da Tapera, no

período de 14/01/2013 a 15/04/2013, e a Celesc efetuou a indenização aos afetados nessa área embargada, conforme levantamento oficial. Por solicitação dos órgãos ambientais, a Celesc efetuou ainda a construção de dois canais “by-pass” para isolamento dos canais originais e, de 20/04/2013 a 15/08/2013, foram feitas ações de remediação, com retirada de solo e sistema de drenagem na área da subestação, totalizando 1.553 toneladas de solo da subestação e das valas de drenagem.

A Celesc D recebeu a certificação de destinação final adequada para os resíduos removidos da área e, desde abril de 2013, efetua o Monitoramento Ambiental, coletando periodicamente amostras de água, sedimento e tecido biológico. Na audiência pública da ação civil pública nº 5001151-41.2013.404.7200, realizada em 11/06/2013, ficou comprovado pelos peritos que o óleo derramado não era ascarel; no entanto ficou decidida a realização de outra perícia com estudos complementares, realizados pela Celesc D e entregues em 31/01/2014 para avaliação dos peritos, com vistas à nova audiência marcada para 25/03/2014.

## 10. Estrutura de Governança

O Conselho de Administração é o primeiro nível da escala administrativa. É formado por treze integrantes, com destaque para três independentes, e um eleito pelos empregados. Os Conselheiros têm mandato de um ano, sendo permitida a reeleição por igual período. Eles têm a missão de cuidar e valorizar o patrimônio bem como maximizar o retorno dos investimentos realizados. Em 31 de dezembro de 2013, a composição do Conselho de Administração era a seguinte:

Pedro Bittencourt Neto (Presidente)	Representante do Majoritário – Independente
Cleverson Siewert	Representante do Majoritário
Antônio Marcos Gavazzoni	Representante do Majoritário
Derly Massaud de Anunciação	Representante do Majoritário
Milton de Queiroz Garcia	Representante do Majoritário
Andriei José Beber	Representante do Majoritário – Independente
Marcelo Gasparino da Silva	Representante do Majoritário – Independente
Roosevelt Rui dos Santos	Representante dos Minoritários
Edimar Rodrigues de Abreu	Representante dos Minoritários
Ives Cezar Fulber	Representante dos Minoritários
Sergio Ricardo Miranda Nazaré	Representante dos Minoritários
Pedro Henrique Almeida Pinto de Oliveira	Representante dos Preferencialistas
Jair Maurino Fonseca	Representante dos Empregados

O Conselho Fiscal: Sua principal função é analisar as Demonstrações Financeiras, bem como discutir tais resultados com os Auditores Independentes. Veja sua Composição:

Antonio Ceron	Representante do Acionista Majoritário
Paulo da Paixão Borges de Andrade	Representante do Acionista Majoritário
Luiz Hilton Temp	Representante do Acionista Majoritário
Carlos Antonio Vergara Cammas	Representante dos Preferencialistas
Telma Suzana Mezia	Representante dos Minoritários Ordinaristas

A Diretoria Executiva é formada por sete diretores, indicados e aprovados pelo Conselho de Administração. A revisão do Estatuto Social permitiu estruturar a Celesc D, que passou a concentrar a presidência das subsidiárias integrais e as atividades funcionais, como processos administrativos e financeiros. A Diretoria Executiva é a seguinte:

Cleverson Siewert	Diretor Presidente
André Luiz Bazzo	Diretor de Gestão Corporativa
Antônio José Linhares	Diretor de Regulação e Assuntos Jurídicos
Clairton Belém da Silva	Diretor de Planejamento e Controle Interno
James Alberto Giacomazzi	Diretor de Distribuição
Eduardo Cesconeto de Souza	Diretor Comercial
José Carlos Oneda	Diretor de Finanças e de Relações com Investidores

**BALANÇO SOCIAL 2013 - CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A.**

1 - BASE DE CÁLCULO	2013			2012		
	Valor (mil reais)			Valor (mil reais)		
- Receita Líquida (RL)	4.780.203			4.348.617		
- Resultado Operacional (RO)	215.324			(200.345)		
- Folha de Pagamento Bruta (FPB)	528.754			853.713		
2 - INDICADORES SOCIAIS INTERNOS	Valor (mil reais)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil reais)	% sobre FPB	% sobre RL
- Alimentação	22.400	4,24	0,47	23.642	2,77	0,54
- Encargos Sociais Compulsórios	90.387	17,09	1,89	108.100	12,66	2,49
- Previdência Privada	22.737	4,30	0,48	25.314	2,97	0,58
- Saúde	32.198	6,09	0,67	362	0,04	0,01
- Segurança e saúde no trabalho	2.648	0,50	0,06	2.409	0,28	0,06
- Educação	473	0,09	0,01	225	0,03	0,01
- Cultura	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00
- Capacitação e Desenv. Profissional	1.023	0,19	0,02	1.375	0,16	0,03
- Creches ou Auxílio-creche	1.129	0,21	0,02	1.111	0,13	0,03
- Participação nos Lucros ou Resultados	12.009	2,27	0,25	10.610	1,24	0,24
- Outros	66.265	12,53	1,39	80.123	9,39	1,84
<b>Total - Indicadores Sociais Internos</b>	<b>251.269</b>	<b>47,52</b>	<b>5,26</b>	<b>253.271</b>	<b>29,67</b>	<b>5,82</b>
3 - INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS	Valor (mil reais)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil reais)	% sobre RO	% sobre RL
- Educação	1.882	0,87	0,04	1.914	(0,96)	0,04
- Cultura	22.485	10,44	0,47	24.857	(12,41)	0,57
- Saúde e Saneamento	112	0,05	0,00	378	(0,19)	0,01
- Esporte	31.826	14,78	0,67	36.659	(18,30)	0,84
- Combate à Fome e Segurança Alimentar	236.649	109,90	4,95	206.772	(103,21)	4,75
- Outros	1.070	0,50	0,02	938	(0,47)	0,02
<b>Total das Contribuições p/ a Sociedade</b>	<b>294.024</b>	<b>136,55</b>	<b>6,15</b>	<b>271.518</b>	<b>(135,53)</b>	<b>6,24</b>
- Tributos (excluídos os encargos sociais)	1.796.570	834,36	37,58	1.892.613	(944,68)	43,52
<b>Total - Indicadores Sociais Externos</b>	<b>2.090.594</b>	<b>970,91</b>	<b>43,73</b>	<b>2.164.131</b>	<b>(1.080,20)</b>	<b>49,77</b>
4 - INDICADORES AMBIENTAIS	Valor (mil reais)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil reais)	% sobre RO	% sobre RL
- Investimentos Relac.c/ a Produção/Operação da Empresa	6.997	3,25	0,15	35	(0,02)	0,00
- Investimentos em Programas e/ou Projetos Externos	209.141	97,13	4,38	150.780	(75,26)	3,47
<b>Total dos Investimentos em Meio Ambiente</b>	<b>216.138</b>	<b>100,38</b>	<b>4,52</b>	<b>150.815</b>	<b>(75,28)</b>	<b>3,47</b>
- Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa:	(x) não possui metas ( ) cumpre de 51 a 75 % ( ) cumpre de 0 a 50 % ( ) cumpre de 76 a 100 %			(x) não possui metas ( ) cumpre de 51 a 75 % ( ) cumpre de 0 a 50 % ( ) cumpre de 76 a 100 %		
5 - INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL	2013			2012		
- Nº de empregados(as) ao final do período	3.030			3.525		
- Nº de admissões durante o período	201			52		
- Nº de empregados(as) terceirizados	2.861			1.574		
- Nº de estagiários(as)	276			153		
- Nº de empregados(as) acima de 45 anos	1.574			2.229		
- Nº de mulheres que trabalham na empresa	473			603		
- % de cargos de chefia ocupados por mulheres	24,50			24,18		
- Nº de negros(as) que trabalham na empresa	97			119		
- % de cargos de chefia ocupados por negros(as)	1,50			1,63		
- Nº de pessoas com deficiência ou neces. especiais	32			31		
6 - INFORMAÇÕES RELEVANTES QUANTO AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA EMPRESARIAL	2013			Metas 2014		
- Relação entre a maior e a menor remuneração na Empresa	19,06			16,91		
- Número total de acidentes de trabalho	80			0		
- Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	[ ] direção	[ x ] direção e gerências	[ ] todos os empregados	[ ] direção	[ x ] direção e gerências	[ ] todos os empregados
- Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	[ ] direção e gerências	[ ] todos os empregados	[ x ] todos+ Cipa	[ ] direção e gerências	[ ] todos os empregados	[ x ] todos+ Cipa
- Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	[ ] não se envolve	[ ] segue as normas da OIT	[ x ] incentiva e segue a OIT	[ ] não se envolve	[ ] segue as normas da OIT	[ x ] incentivar e seguirá a OIT
- A previdência privada contempla:	[ ] direção e gerências	[ ] direção e gerências	[ x ] todos os empregados	[ ] direção e gerências	[ ] direção e gerências	[ x ] todos os empregados
- A participação nos lucros ou resultados contempla:	[ ] direção e gerências	[ ] direção e gerências	[ x ] todos os empregados	[ ] direção e gerências	[ ] direção e gerências	[ x ] todos os empregados
- Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	[ ] não são considerados	[ x ] são sugeridos	[ ] são exigidos	[ ] não são considerados	[ x ] são sugeridos	[ ] são exigidos
- Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	[ ] não se envolve	[ ] apoia	[ x ] organiza e incentiva	[ ] não se envolve	[ ] apoiará	[ x ] organizará e incentivar
- Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na Empresa 497.123	no Procon 5	na Justiça 1.656	na Empresa 0	no Procon 5	na Justiça 1.000
- % de reclamações e críticas solucionadas:	na Empresa 100%	no Procon ND	na Justiça ND	na Empresa 100%	no Procon ND	na Justiça ND
- Valor Adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2013: 2.816.362			Em 2012: 3.315.045		
- Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	74,53% governo 1,47% acionistas	16,26% colaboradores 3,91% terceiros	9,21% na Justiça 3,83% retido	78,88% governo 0% acionistas	23,13% colaboradores 2,08% terceiros	(4,09)% retido
7 - OUTRAS INFORMAÇÕES	CNPJ: 08.336.783/0001-90 UF: SC Coordenação: Viviani Bleyer Remor - Fone: (48) 3231-5520 E-mail: vivianibr@celesc.com.br Setor Econômico: Serviço Público de Energia Elétrica Contador: José Braulino Stähelin - Fone: (48) 3231-6030 E-mail: jbraulinos@celesc.com.br CRC/ SC: 018.996/O-8 <p style="text-align: center;"><b>"ESTA EMPRESA NÃO UTILIZA MÃO-DE-OBRA INFANTIL OU TRABALHO ESCRAVO, NÃO TEM ENVOLVIMENTO COM PROSTITUIÇÃO OU EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇA OU ADOLESCENTE E NÃO ESTÁ ENVOLVIDA COM CORRUPÇÃO"</b></p> <p style="text-align: center;"><b>"NOSSA EMPRESA VALORIZA E RESPEITA A DIVERSIDADE INTERNA E EXTERNAMENTE"</b></p>					

**Celesc Distribuição S.A.**  
**Balanco Patrimonial – Ativo**  
**Em 31 de dezembro de 2013 , 2012 e 2011**  
(Valores expressos em milhares de reais)

Ativo	Nota	2013	2012 Reapresentado	2011 Reapresentado
<b>Circulante</b>		<b>1.572.563</b>	<b>1.257.087</b>	<b>1.344.899</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	8	583.995	127.357	369.430
Títulos e Valores Mobiliários		-	16.343	15.062
Contas a Receber de Clientes	9	776.223	984.036	844.386
Estoques		11.948	14.748	19.239
Tributos a Recuperar	11	91.680	88.841	58.228
Outros Créditos	15	108.717	25.762	38.554
<b>Não Circulante</b>		<b>3.387.795</b>	<b>3.472.200</b>	<b>3.029.931</b>
Ativo Indenizável – Concessão	10	2.682.713	2.390.674	1.943.940
Contas a Receber de Clientes	9	7.170	100.442	121.376
Tributos Diferidos	14	316.517	470.379	285.658
Tributos a Recuperar	11	10.335	13.995	13.632
Depósitos Judiciais	21	134.908	130.734	140.305
Outros Créditos	15	2.960	2.023	1.430
<b>Intangível</b>	13	<b>233.192</b>	<b>363.953</b>	<b>523.590</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>4.960.358</b>	<b>4.729.287</b>	<b>4.374.830</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

**Celesc Distribuição S.A.**  
**Balanço Patrimonial – Passivo**  
**Em 31 de dezembro de 2013 , 2012 e 2011**

(Valores expressos em milhares de reais)

Passivo	Nota	2013	2012 Reapresentado	2011 Reapresentado
<b>Circulante</b>		<b>1.450.872</b>	<b>1.286.531</b>	<b>1.256.551</b>
Fornecedores	16	555.279	697.676	410.377
Empréstimos e Financiamentos	17	199.686	81.064	235.162
Debêntures	18	4.631	-	-
Salários, Provisões Trabalhistas e Encargos Sociais		108.575	114.777	118.920
Tributos e Contribuições Sociais	19	142.617	77.640	100.745
Juros sobre Capital Próprio	23	35.449	-	64.671
Taxas Regulamentares	20	172.565	122.685	174.071
Previdência Privada	12	14.263	14.538	18.113
Passivo Atuarial	22	172.275	130.960	115.908
Outros Passivos		45.532	47.191	18.584
<b>Não Circulante</b>		<b>1.970.730</b>	<b>2.223.247</b>	<b>1.524.278</b>
Empréstimos e Financiamentos	17	178.953	257.046	107.930
Debêntures	18	298.402	-	-
Taxas Regulamentares	20	108.716	189.184	147.841
Passivo Atuarial	22	887.214	1.356.430	783.797
Provisão para Contingências	21	494.970	418.112	482.235
Outros Passivos		2.475	2.475	2.475
<b>Patrimônio Líquido</b>	24	<b>1.538.756</b>	<b>1.219.509</b>	<b>1.594.001</b>
Capital Social Realizado		1.053.590	1.053.590	1.053.590
Reservas de Lucro		399.788	292.007	430.852
Ajuste de Avaliação Patrimonial		85.378	(126.088)	109.559
<b>Total do Passivo</b>		<b>4.960.358</b>	<b>4.729.287</b>	<b>4.374.830</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras



**Celesc Distribuição S.A.**  
**Demonstrações de Resultado**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012**  
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u> <u>Reapresentado</u>
<b>Receita Operacional Líquida</b>	25	<b>4.780.203</b>	<b>4.348.617</b>
Receita de Serviço de Energia Elétrica		4.476.747	4.010.560
Receita de Construção		303.456	338.057
<b>Custos Operacionais</b>	26	<b>(4.020.841)</b>	<b>(3.979.562)</b>
Custo de Serviço de Energia Elétrica		(3.717.385)	(3.641.505)
Custo de Construção		(303.456)	(338.057)
<b>Lucro Operacional Bruto</b>		<b>759.362</b>	<b>369.055</b>
<b>Despesas Operacionais</b>		<b>(627.313)</b>	<b>(765.725)</b>
Despesas com Vendas	26	(213.625)	(213.216)
Despesas Gerais e Administrativas	26	(303.977)	(559.329)
Outras Despesas Operacionais	26	(109.711)	6.820
<b>Resultado do Serviço</b>		<b>132.049</b>	<b>(396.670)</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	27	<b>83.275</b>	<b>200.327</b>
Receitas Financeiras		193.466	269.170
Despesas Financeiras		(110.191)	(68.843)
<b>Lucro (Prejuízo) Antes do IRPJ e da CSLL</b>		<b>215.324</b>	<b>(196.343)</b>
<b>IRPJ e CSLL</b>	14		
Corrente		(21.142)	-
Diferido		(44.924)	63.325
<b>Lucro Líquido / (Prejuízo) do Exercício</b>		<b>149.258</b>	<b>(133.018)</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

**Celesc Distribuição S.A.**  
**Demonstrações do Resultado Abrangente**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012**  
(Valores expressos em milhares de reais)

	<b>2013</b>	<b>2012</b>
		<b>Reapresentado</b>
<b>Lucro Líquido / (Prejuízo) do Exercício</b>	<b>149.258</b>	<b>(133.018)</b>
Remensuração de Obrigação de Plano de Benefícios Definido, Líquidos de Tributos	211.466	(235.647)
<b>Resultado Abrangente Total</b>	<b>360.724</b>	<b>(368.665)</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

**Celesc Distribuição S.A.**  
**Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012**

(Valores expressos em milhares de reais)

	<b>Capital Social</b>	<b>Ajuste de Avaliação Patrimonial</b>	<b>Reserva Legal</b>	<b>Retenção de Lucros</b>	<b>Dividendos Disposição AGO</b>	<b>Lucros Acumulados</b>	<b>Total</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>1.053.590</b>	<b>-</b>	<b>56.588</b>	<b>368.436</b>	<b>5.828</b>	<b>-</b>	<b>1.484.442</b>
Ajustes de Ganhos e Perdas Atuariais, Líquidos de Tributos	-	109.559	-	-	-	-	109.559
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2012</b>	<b>1.053.590</b>	<b>109.559</b>	<b>56.588</b>	<b>368.436</b>	<b>5.828</b>	<b>-</b>	<b>1.594.001</b>
Prejuízo do Exercício	-	-	-	-	-	(133.018)	(133.018)
Ganhos e Perdas Atuariais, Líquidos de Tributos	-	(235.647)	-	-	-	-	(235.647)
Dividendos Adicionais Distribuídos	-	-	-	-	(5.828)	-	(5.828)
Absorção de Prejuízo	-	-	-	(133.018)	-	133.018	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>1.053.590</b>	<b>(126.088)</b>	<b>56.588</b>	<b>235.418</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.219.509</b>
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	149.258	149.258
Ganhos e Perdas Atuariais, Líquidos de Tributos	-	211.466	-	-	-	-	211.466
Destinação do Lucro Líquido							
Constituição da Reserva Legal	-	-	7.463	-	-	(7.463)	-
Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	(40.179)	(40.179)
Dividendos	-	-	-	-	-	(1.297)	(1.297)
Dividendos a Distribuir	-	-	-	-	1.063	(1.063)	-
Retenção de Lucros	-	-	-	99.256	-	(99.256)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>1.053.590</b>	<b>85.378</b>	<b>64.051</b>	<b>334.674</b>	<b>1.063</b>	<b>-</b>	<b>1.538.756</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

**Celesc Distribuição S.A.**  
**Demonstração do Fluxo de Caixa – método indireto**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012**

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
		<u>Reapresentado</u>
<b>Lucro Líquido / (Prejuízo) do Período</b>	<b>149.258</b>	<b>(133.018)</b>
<b>Itens que não afetam o caixa:</b>	<b>457.600</b>	<b>400.550</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente	21.142	-
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	44.924	(63.325)
Amortização	157.268	152.039
Atualização Ativo Financeiro - VNR	(64.062)	(154.266)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	16.519	95.338
Contingências Trabalhistas, Cíveis e Tributárias	76.858	(64.123)
Juros e Variações Monetárias - líquidas	68.910	44.025
Custo Debêntures	1.963	-
Provisão para Plano de Benefício Pós-Emprego	95.883	345.121
Baixas de ativos	38.195	47.022
Rendimentos não realizados	-	(1.281)
<b>Variações no Ativo Circulante e Não Circulante</b>	<b>200.120</b>	<b>(218.770)</b>
Contas a receber	284.566	(209.372)
Estoques	2.800	4.491
Impostos a recuperar	821	(30.976)
Depósitos Judiciais	(4.174)	9.571
Outros Créditos	(83.893)	7.516
<b>Variações no Passivo Circulante e Não Circulante</b>	<b>(323.817)</b>	<b>157.319</b>
Fornecedores	(142.397)	287.299
Salários e Encargos Sociais	(6.202)	(4.143)
Impostos e contribuições sociais	78.158	(7.664)
Taxas Regulamentares	(48.062)	(28.726)
Entidade Previdência Privada	(275)	(3.575)
Passivo atuarial	(203.381)	(114.477)
Outros Passivos	(1.658)	28.605
<b>Pagamentos Efetuados</b>	<b>(88.693)</b>	<b>(37.123)</b>
Juros Pagos	(48.343)	(21.682)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(40.350)	(15.441)
<b>Total das Atividades Operacionais</b>	<b>394.468</b>	<b>168.958</b>
<b>Atividades de Investimentos</b>	<b>(276.336)</b>	<b>(331.892)</b>
Aquisição de bens da concessão	(292.679)	(331.892)
Resgate Fundo de Investimento - FIDC	16.343	-
<b>Atividades de Financiamento</b>	<b>338.506</b>	<b>(79.139)</b>
Ingressos de Recursos	633.466	255.897
Amortizações de Empréstimos e Financiamentos	(294.960)	(264.537)
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	-	(70.499)
<b>Total dos Efeitos de Caixa</b>	<b>456.638</b>	<b>(242.073)</b>
Caixa e Equivalentes no início do Exercício	127.357	369.430
Caixa e Equivalentes no final do Exercício	583.995	127.357
<b>Variação no Caixa</b>	<b>456.638</b>	<b>(242.073)</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

---

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras**  
**Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012**  
**(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

---

## **1. Contexto Operacional**

A Celesc Distribuição S.A. – Celesc D, constituída por Escritura Pública em 29 de setembro de 2006, conforme autorizado pela Lei Estadual nº 13.570, de 23 de novembro de 2005, é uma sociedade anônima de Capital Fechado, constituída sob a forma de subsidiária integral, controlada pela Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc.

A Celesc D tem por objetivo: I - executar a política de energia formulada pelo Governo do Estado de Santa Catarina; II - realizar estudos, pesquisas e levantamentos sócio-econômicos com vistas ao fornecimento de energia, em articulação com os órgãos governamentais ou privados próprios; III - planejar, projetar, construir e explorar sistemas de transformação, distribuição e comercialização de energia elétrica, bem como serviços correlatos; IV - operar os sistemas diretamente, por meio de subsidiárias, empresas associadas ou em cooperação; V - cobrar tarifas ou taxas correspondentes ao fornecimento de energia elétrica, e; VI - desenvolver, isoladamente ou em parceria com empresas públicas ou privadas, empreendimentos de distribuição e comercialização de energia elétrica, e infra-estrutura de serviços públicos.

A Celesc D é uma entidade domiciliada no Brasil com endereço na Avenida Itamaraty, 160, Bloco A1, B1 e B2, Bairro Itacorubi, CEP 88034-900, Florianópolis, SC.

## **2. Ambiente Regulatório**

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia – MME, o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

O processo de desverticalização da atividade de distribuição cumpre as disposições da Lei Federal nº 10.848, de 15 de março de 2004, foi autorizado pela Lei Estadual nº 13.570, de 23 de novembro de 2005, e recebeu anuência da ANEEL por meio da Resolução Autorizativa nº 712, de 03 de outubro de 2006.

## 2.1. Da Concessão

Em 22 de julho de 1999, a Celesc D assinou o contrato de concessão o qual regulamenta a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica. A referida concessão tem prazo de vigência até 07 de julho de 2015. A concessão da Celesc D não é onerosa, portanto, não há compromissos fixos e pagamentos a serem efetuados. Conforme o contrato de concessão, ao término do prazo de vigência, os bens e instalações vinculados à distribuição de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, apurado por auditoria do próprio órgão regulador.

Considerando que as condições estabelecidas pelo ICPC01 – Contratos de concessão foram integralmente atendidas, a Administração da Celesc D concluiu que seu contrato de concessão está dentro do escopo do ICPC01 e, portanto, os bens vinculados à concessão estão bifurcados em Ativo Indenizável - Concessão e Ativo Intangível. O reajuste tarifário ocorre no dia 07 de agosto de cada ano e a revisão tarifária periódica a cada quatro anos.

### a) Medida Provisória – MP 579/2012 (Lei 12.783/2013)

Em 11 de setembro de 2012, o Governo Federal, com o objetivo de reduzir os custos de energia elétrica para consumidores, publicou a Medida Provisória – MP nº 579/2012, posteriormente convertida em Lei Federal nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013, que aborda aspectos relativos às concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, e à redução de encargos setoriais visando a modicidade tarifária.

Em 14 de setembro de 2012, o Decreto Presidencial – DP nº 7.805 foi emitido, definindo alguns dos procedimentos operacionais para a implementação do que foi estabelecido na Lei Federal nº 12.783/2013. Esta Lei permitiu aos concessionários com contratos de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica vencendo entre 2015 a 2017, a possibilidade de antecipar as suas prorrogações mediante condições específicas nela estabelecidas.

Conforme noticiado pelo Governo Federal, a MP nº 579/2012 convertida na Lei Federal nº 12.783/2013 teve como objetivo reduzir as tarifas de energia elétrica em 20,2%<sup>1</sup>, em média (16,2% para consumidores residenciais e de 19,7% a 28% para os consumidores industriais) e baseia-se em dois pontos principais:

(i) Eliminação/redução de alguns dos encargos setoriais, que contribuirá para a redução das tarifas finais em 7% e;

(ii) Definição de novas condições para a prorrogação de contratos de concessão de geração, transmissão e distribuição, com datas de vencimento entre 2015 e 2017, com um impacto médio de 13,2% nas tarifas finais.

---

<sup>1</sup> Informações referentes aos percentuais de redução decorrentes da MP nº 579/2012 não foram auditadas.

Para as concessionárias de distribuição, a MP nº 579/2012 definiu a redução das tarifas pela eliminação/redução de alguns dos encargos setoriais a partir de 1º de janeiro de 2013. Definiu também redução das tarifas devido a uma revisão tarifária extraordinária ocorrida a partir de fevereiro de 2013, com o objetivo de refletir a redução das tarifas de geração e transmissão e também pelos eventuais efeitos da realocação das quotas de energia das geradoras que tiverem os seus contratos prorrogados.

Ademais, a Lei nº 12.783/2013 estabelece que quando da renovação as concessões de distribuição haverá indenização dos ativos residuais pelo Valor Novo de Reposição – VNR. Os investimentos futuros deverão ser submetidos previamente à aprovação do agente regulador.

A Celesc D, em atendimento às disposições da legislação, manifestou em 18 de setembro de 2012 seu pedido de prorrogação de sua concessão pelo prazo de 30 anos, a partir de julho de 2015. As condições de prorrogação só serão conhecidas quando o poder concedente divulgar a minuta do termo aditivo ao contrato de concessão.

#### **b) Decreto nº 7.945/13 – Aporte CDE**

Em função das condições hidro energéticas desfavoráveis no final de 2012 e 2013, entre eles os baixos níveis nos reservatórios das usinas hidrelétricas, o despacho das usinas térmicas estava direcionado para o patamar máximo. Diante do exposto e considerando a exposição das concessionárias no mercado de curto prazo, decorrente principalmente da alocação das cotas de garantia física de energia e de potência e à revogação da autorização das usinas pela ANEEL, o custo de energia das distribuidoras teve um aumento expressivo em 2012 e 2013.

Devido a este cenário e considerando que as concessionárias de distribuição não têm gerência sobre esses custos, o governo brasileiro emitiu, em 07 de março de 2013, o Decreto nº 7.945, que promoveu algumas alterações sobre a contratação de energia e os objetivos do encargo setorial Conta de Desenvolvimento Energético – CDE.

Com relação à contratação de energia, o Decreto nº 7.945 (i) reduziu o prazo mínimo de três para um ano, contado a partir do início do suprimento de energia, de contratos de comercialização de energia elétrica proveniente de empreendimentos existentes e (ii) aumentou o repasse dos custos de aquisição de energia elétrica pelas distribuidoras para os consumidores finais de cento e três para cento e cinco por cento do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento da distribuidora.

Com relação aos objetivos da CDE, o Decreto alterou os mesmos, e instituiu o repasse de recursos da CDE às concessionárias de distribuição dos custos relacionados abaixo:

- i. A exposição ao mercado de curto prazo das usinas hidrelétricas contratadas em regime de cotas de garantia física de energia e de potência, por insuficiência de geração alocada no âmbito do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE (Risco Hidrológico);
- ii. A exposição no mercado de curto prazo das distribuidoras, por insuficiência de lastro contratual em relação à carga realizada, relativa ao montante de reposição não recontratado em função da não adesão à prorrogação de concessões de geração de energia elétrica (Exposição Involuntária);

iii. O custo adicional relativo ao acionamento de usinas termelétricas fora da ordem de mérito por decisão do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico – CMSE (ESS – Segurança Energética); e

iv. O valor integral ou parcial do saldo positivo acumulado pela Conta de Variação de Valores de Itens da Parcela A – CVA, relativo ao encargo de serviço do sistema e à energia comprada para revenda (CVA ESS e Energia).

Para os itens (i), (ii) e (iii), a Companhia registrou, de acordo com o CPC 07/IAS 20 – Subvenção e Assistência Governamentais, o montante de R\$178.482, registrado em Custo com Energia Elétrica na Rubrica Encargos de Uso da Rede e Energia de Curto Prazo. Para o item (iv), no processo de Revisão Tarifária da Celesc D, por meio da Resolução Homologatória nº 1.574, de 30 de julho de 2013, a ANEEL concedeu cobertura do resultado positivo das Contas de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A – CVA apurados sobre a energia comprada e do encargo de ESS, no montante de R\$569.507. Este valor foi registrado a crédito do Custo com Energia Elétrica na rubrica Recuperação de Despesas.

### **c) Resolução Homologatória nº 1.574/13 - Subvenção e Repasse da CDE**

A ANEEL por meio da Resolução Homologatória nº 1.574, de 30 de julho de 2013, homologou o repasse pela Eletrobras à Celesc D, no período de competência de dezembro de 2013 a julho de 2014, até o 10º dia útil do mês subsequente, referente aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, no valor mensal de R\$31,8 mil.

<b>Valor Mensal da Subvenção da CDE para custear descontos tarifários</b>	
Subsídio Carga Fonte Incentivada	4.911
Subsídio Geração Fonte Incentivada	850
Subsídio Distribuição	15.210
Subsídio Água, Esgoto e Saneamento	963
Subsídio Rural	9.675
Subsídio Irrigante/Aquicultor	192
<b>Total</b>	<b>31.801</b>

## **3. Base de Preparação**

### **3.1. Declaração de Conformidade**

As Demonstrações Financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e dispositivos da legislação brasileira.



A presente demonstração foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 27 de março de 2014, conforme estabelecem os artigos 17 e 18 da Deliberação da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, nº 505, de 19 de junho de 2006.

### **3.2. Base de Mensuração**

As Demonstrações Financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor exceto para ativos financeiros disponíveis para venda.

### **3.3. Moeda Funcional e de Apresentação**

As Demonstrações Financeiras estão apresentadas em reais, moeda funcional e de apresentação, e todos os valores arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

### **3.4. Estimativas e Julgamentos Contábeis Críticos**

A preparação de Demonstrações Financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação de suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as Demonstrações Financeiras, estão divulgadas a seguir.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de Ativos e Passivos para o próximo exercício social estão contempladas a seguir.

#### **a) Benefícios de Planos de Pensão**

O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

A CelescD determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Esta é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao

determinar a taxa de desconto apropriada, a Celesc D considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos aos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na Nota 22.

#### **b) Imposto de Renda e Contribuição Social**

A Celesc D reconhece provisões para situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado final dessas questões for diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetarão os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo for determinado.

#### **c) Contingências**

A Celesc D atualmente está envolvida em diversas ações de natureza tributária, trabalhista, cível e regulatória, como descrito na Nota 21. Provisões são reconhecidas para os casos que representem perdas prováveis (a Celesc D tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o seu valor possa ser estimado com segurança). A probabilidade de perda é avaliada baseada nas evidências disponíveis, conforme avaliação de advogados externos.

### **3.5. Pronunciamentos Aplicáveis à Companhia a partir de 01 de janeiro de 2013 – Novas Normas, Alterações e Interpretações do IFRS**

Em 2012 o Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC emitiu, dentre outros, o seguinte pronunciamento que afeta as atividades da Companhia em 2013:

- CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados.

A norma aplicada a partir de 01 de janeiro de 2013 foi o CPC 33 (R1) e IAS 19 – Benefícios a Empregados. Os principais impactos das alterações são: (i) eliminação da abordagem de corredor, (ii) reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais em outros resultados abrangentes conforme ocorram, (iii) reconhecimento imediato dos custos dos serviços passados no resultado, e (iv) substituição do custo de participação e retorno esperado sobre os ativos do plano por um montante de participação líquida, calculado através da aplicação da taxa de desconto ao ativo (passivo) do benefício definido líquido.

A aplicação destas novas normas alterou os saldos do Balanço Patrimonial da Celesc D de 1º de janeiro de 2012 e 31 de dezembro de 2012. Alterou também os saldos das Demonstrações de Resultado, Fluxo de Caixa e Valor Adicionado para os períodos findos em 31 de dezembro de 2012, que serviram de base para comparação com os mesmos demonstrativos que são apresentados em 31 de dezembro de 2013.

**Celesc Distribuição S.A.**  
**BALANÇO PATRIMONIAL**  
**Em 01 de Janeiro de 2012**  
(valores expressos em milhares de reais)

<b>Ativo</b>	<b>1/1/2012</b>	<b>Ajuste CPC 33</b>	<b>1/1/2012 Reapresentado</b>
<b>Circulante</b>	<b>1.344.899</b>	<b>-</b>	<b>1.344.899</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	369.430	-	369.430
Títulos e Valores Mobiliários	15.062	-	15.062
Contas a Receber de Clientes	844.386	-	844.386
Estoques	19.239	-	19.239
Tributos a Recuperar	58.228	-	58.228
Outros Créditos	38.554	-	38.554
<b>Não Circulante</b>	<b>3.086.370</b>	<b>(56.439)</b>	<b>3.029.931</b>
Ativo Indenizável – Concessão	1.943.940	-	1.943.940
Contas a Receber de Clientes	121.376	-	121.376
Tributos Diferidos	342.097	(56.439)	285.658
Tributos a Recuperar	13.632	-	13.632
Depósitos Judiciais	140.305	-	140.305
Outros Créditos	1.430	-	1.430
<b>Intangível</b>	<b>523.590</b>	<b>-</b>	<b>523.590</b>
<b>Total do Ativo</b>	<b>4.431.269</b>	<b>(56.439)</b>	<b>4.374.830</b>

**Celesc Distribuição S.A.**  
**BALANÇO PATRIMONIAL**  
**Em 01 de Janeiro de 2012**  
(valores expressos em milhares de reais)

Passivo	1/1/2012	Ajuste	1/1/2012
	<b>1.256.551</b>	<b>CPC 33</b>	<b>Reapresentado</b>
<b>Circulante</b>	<b>1.256.551</b>	<b>-</b>	<b>1.256.551</b>
Fornecedores	410.377	-	410.377
Empréstimos e Financiamentos	235.162	-	235.162
Salários, Provisões Trabalhistas e Encargos Sociais	118.920	-	118.920
Tributos e Contribuições Sociais	100.745	-	100.745
Juros sobre Capital Próprio	64.671	-	64.671
Taxas Regulamentares	174.071	-	174.071
Previdência Privada	18.113	-	18.113
Passivo Atuarial	115.908	-	115.908
Outros Passivos	18.584	-	18.584
<b>Não Circulante</b>	<b>1.690.276</b>	<b>(165.998)</b>	<b>1.524.278</b>
Empréstimos e Financiamentos	107.930	-	107.930
Taxas Regulamentares	147.841	-	147.841
Passivo Atuarial	949.795	(165.998)	783.797
Provisão para Contingências	482.235	-	482.235
Outros Passivos	2.475	-	2.475
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>1.484.442</b>	<b>109.559</b>	<b>1.594.001</b>
Capital Social Realizado	1.053.590	-	1.053.590
Reservas de Lucro	430.852	-	430.852
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	109.559	109.559
<b>Total do Passivo</b>	<b>4.431.269</b>	<b>(56.439)</b>	<b>4.374.830</b>

**Celesc Distribuição S.A.**  
**BALANÇO PATRIMONIAL**

**Em 31 de Dezembro de 2012**

(valores expressos em milhares de reais)

<b>Ativo</b>	<b>31/12/2012</b>	<b>Ajuste CPC 33</b>	<b>31/12/2012 Reapresentado</b>
<b>Circulante</b>	<b>1.257.087</b>	<b>-</b>	<b>1.257.087</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	127.357	-	127.357
Títulos e Valores Mobiliários	16.343	-	16.343
Contas a Receber de Clientes	984.036	-	984.036
Estoques	14.748	-	14.748
Tributos a Recuperar	88.841	-	88.841
Outros Créditos	25.762	-	25.762
<b>Não Circulante</b>	<b>3.408.606</b>	<b>63.594</b>	<b>3.472.200</b>
Ativo Indenizável – Concessão	2.390.674	-	2.390.674
Contas a Receber de Clientes	100.442	-	100.442
Tributos Diferidos	406.785	63.594	470.379
Tributos a Recuperar	13.995	-	13.995
Depósitos Judiciais	130.734	-	130.734
Outros Créditos	2.023	-	2.023
<b>Intangível</b>	<b>363.953</b>	<b>-</b>	<b>363.953</b>
<b>Total do Ativo</b>	<b>4.665.693</b>	<b>63.594</b>	<b>4.729.287</b>

**Celesc Distribuição S.A.**  
**BALANÇO PATRIMONIAL**

**Em 31 de Dezembro de 2012**

(valores expressos em milhares de reais)

<b>Passivo</b>	<b>31/12/2012</b>	<b>Ajuste CPC 33</b>	<b>31/12/2012 Reapresentado</b>
<b>Circulante</b>	<b>1.286.463</b>	<b>68</b>	<b>1.286.531</b>
Fornecedores	697.676	-	697.676
Empréstimos e Financiamentos	81.064	-	81.064
Salários, Provisões Trabalhistas e Encargos Sociais	114.777	-	114.777
Tributos e Contribuições Sociais	77.640	-	77.640
Taxas Regulamentares	122.685	-	122.685
Previdência Privada	14.538	-	14.538
Passivo Atuarial	130.960	-	130.960
Outros Passivos	47.123	68	47.191
<b>Não Circulante</b>	<b>2.036.274</b>	<b>186.973</b>	<b>2.223.247</b>
Empréstimos e Financiamentos	257.046	-	257.046
Taxas Regulamentares	189.184	-	189.184
Passivo Atuarial	1.169.457	186.973	1.356.430
Provisão para Contingências	418.112	-	418.112
Outros Passivos	2.475	-	2.475
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>1.342.956</b>	<b>(123.447)</b>	<b>1.219.509</b>
Capital Social Realizado	1.053.590	-	1.053.590
Reservas de Lucro	289.366	2.641	292.007
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	(126.088)	(126.088)
<b>Total do Passivo</b>	<b>4.665.693</b>	<b>63.594</b>	<b>4.729.287</b>

**Celesc Distribuição S.A.**  
**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO**

Em 31 de Dezembro de 2012

(valores expressos em milhares de reais)

	<u>31/12/2012</u>	<u>Ajuste CPC 33</u>	<u>31/12/2012 Reapresentado</u>
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>4.348.617</b>	-	<b>4.348.617</b>
Receita de Serviço de Energia Elétrica	4.010.560	-	4.010.560
Receita de Construção	338.057	-	338.057
<b>Custos Operacionais</b>	<b>(3.979.562)</b>	-	<b>(3.979.562)</b>
Custo de Serviço de Energia Elétrica	(3.641.505)	-	(3.641.505)
Custo de Construção	(338.057)	-	(338.057)
<b>Lucro Operacional Bruto</b>	<b>369.055</b>	-	<b>369.055</b>
<b>Despesas Operacionais</b>	<b>(769.727)</b>	<b>4.002</b>	<b>(765.725)</b>
Despesas com Vendas	(213.216)	-	(213.216)
Despesas Gerais e Administrativas	(563.331)	4.002	(559.329)
Outras Despesas Operacionais	6.820	-	6.820
<b>Resultado do Serviço</b>	<b>(400.672)</b>	<b>4.002</b>	<b>(396.670)</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>200.327</b>	-	<b>200.327</b>
Receitas Financeiras	269.170	-	269.170
Despesas Financeiras	(68.843)	-	(68.843)
<b>Prejuízo Antes do IRPJ e da CSLL</b>	<b>(200.345)</b>	<b>4.002</b>	<b>(196.343)</b>
<b>IRPJ e CSLL</b>			
Corrente	-	-	-
Diferido	64.686	(1.361)	63.325
<b>Prejuízo do Exercício</b>	<b>(135.659)</b>	<b>2.641</b>	<b>(133.018)</b>

**Celesc Distribuição S.A.**  
**DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA**  
(valores expressos em milhares de reais)

	<b>31/12/2012</b>	<b>Ajuste CPC 33</b>	<b>31/12/2012 Reapresentado</b>
<b>Prejuízo do Período</b>	<b>(135.659)</b>	<b>2.641</b>	<b>(133.018)</b>
<b>Itens que não afetam o caixa:</b>	<b>403.191</b>	<b>(2.641)</b>	<b>400.550</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente	-	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(64.686)	1.361	(63.325)
Amortização	152.039	-	152.039
Atualização Ativo Financeiro - VNR	(154.266)	-	(154.266)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	95.338	-	95.338
Contingências Trabalhistas, Cíveis e Tributárias	(64.123)	-	(64.123)
Juros e Variações Monetárias - Líquidas	44.025	-	44.025
Provisão para Plano de Benefício Pós-Emprego	349.123	(4.002)	345.121
Baixas de ativos	47.022	-	47.022
Rendimentos não realizados	(1.281)	-	(1.281)
<b>Variações no Ativo Circulante e Não Circulante</b>	<b>(218.770)</b>	<b>-</b>	<b>(218.770)</b>
<b>Variações no Passivo Circulante e Não Circulante</b>	<b>157.319</b>	<b>-</b>	<b>157.319</b>
<b>Pagamentos Efetuados</b>	<b>(37.123)</b>	<b>-</b>	<b>(37.123)</b>
<b>Total das Atividades Operacionais</b>	<b>168.958</b>	<b>-</b>	<b>168.958</b>
<b>Atividades de Investimentos</b>	<b>(331.892)</b>	<b>-</b>	<b>(331.892)</b>
<b>Atividades de Financiamento</b>	<b>(79.139)</b>	<b>-</b>	<b>(79.139)</b>
<b>Total dos Efeitos de Caixa</b>	<b>(242.073)</b>	<b>-</b>	<b>(242.073)</b>
Caixa e Equivalentes no início do Exercício	369.430	-	369.430
Caixa e Equivalentes no final do Exercício	127.357	-	127.357
<b>Variação no Caixa</b>	<b>(242.073)</b>	<b>-</b>	<b>(242.073)</b>



#### **4. Resumo das Principais Políticas Contábeis**

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas Demonstrações Financeiras, exceto pelo descrito na Nota 3.5.

##### **4.1. Caixa e Equivalentes de Caixa**

Caixa e Equivalentes de Caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

##### **4.2. Instrumentos Financeiros não Derivativos**

###### **4.2.1. Classificação**

A Celesc D classifica seus ativos financeiros, no momento do reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

###### **a) Empréstimos e Recebíveis**

Fazem parte dessa categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis classificados como ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, classificados como ativos não circulantes. Os empréstimos e recebíveis da Celesc D compreendem empréstimos; contas a receber de clientes; demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, pelo método da taxa de juros efetiva.

###### **b) Ativos Financeiros Disponíveis para Venda**

São considerados ativos financeiros disponíveis para venda os itens que não são classificados em nenhuma outra categoria. São incluídos em ativos não circulantes, a menos que a administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço.

A Celesc D classifica como disponível para venda os recebíveis em virtude de indenização de infraestrutura originados nos contratos de concessão de serviços públicos de transmissão e distribuição de energia.

Ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido de qualquer custo de transação diretamente atribuível. Após o reconhecimento inicial, eles são mensurados pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido.

#### **4.2.2. Reconhecimento e Mensuração**

As variações no valor justo de títulos monetários e não-monetários classificados como disponíveis para venda são reconhecidas em ajuste de avaliação patrimonial.

Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sofrem perda *impairment*, os ajustes acumulados do valor justo reconhecidos no patrimônio líquido são incluídos na demonstração do resultado como "resultado financeiro".

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Caso o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não registrados em Bolsa) não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções com o máximo de informações geradas pelo mercado e o mínimo de informações geradas pela administração da própria entidade.

Com essa análise a Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável. Havendo evidência de perda cumulativa para os ativos financeiros disponíveis para venda, mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por *impairment* desse ativo financeiro previamente reconhecido no resultado, tal valor é retirado do patrimônio líquido e reconhecido na demonstração do resultado.

#### **4.2.3. Compensação de Instrumentos Financeiros**

Ativos e Passivos Financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

#### **4.2.4. *Impairment* de Ativos Financeiros**

##### **a) Ativos Mensurados ao Custo Amortizado**

A Celesc D avalia, no final de cada período, se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros

está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente quando houver evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um evento de perda) e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Celesc D usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- iii) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- iv) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:

- mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
- condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

A Celesc D avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de *impairment*.

O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na Demonstração do Resultado.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

### **4.3. Contas a Receber de Clientes**

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pelo fornecimento e o suprimento de energia faturada e estimativa de energia fornecida não faturada. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são reconhecidas ao valor faturado e deduzidas das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa, que é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. Tem-se como valor da perda estimada a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

No que se refere às contas a receber decorrentes de parcelamentos de créditos derivados da venda de energia, estas estão registradas acrescidas de encargos financeiros, calculados até a data da negociação conforme determina a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. Os valores vencidos estão deduzidos como provisão para perdas conhecidas ou estimadas.

### **4.4. Estoques**

Os estoques são compostos por materiais destinados à manutenção das operações, contabilizados pelo custo médio das compras no ativo circulante e são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor.

### **4.5. Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e Diferidos**

As despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social do exercício compreendem os tributos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente é calculado com base nas leis tributárias vigentes. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Celesc D nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações, estabelecendo provisões, quando apropriado, baseadas em valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social Diferidos são reconhecidos utilizando o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas Demonstrações Financeiras. Entretanto, não ocorrerá sua contabilização se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afetou o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O Imposto de Renda e a

Contribuição Social Diferidos são calculados com base na legislação tributária vigente na data do balanço devendo ser aplicadas quando o respectivo tributo diferido ativo for realizado ou quando o tributo diferido passivo for liquidado.

O Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos registrados no ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

#### **4.6. Depósitos Judiciais**

Os depósitos são atualizados monetariamente e apresentados como dedução do valor de um correspondente passivo constituído quando não houver possibilidade de resgate dos depósitos, a menos que ocorra desfecho favorável da questão para a entidade.

#### **4.7. Intangíveis**

Os intangíveis são demonstrados pelo custo combinado conforme abaixo:

a) Os intangíveis são valorizados ao custo de aquisição e/ou construção, incluindo juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável, para os casos de ativos elegíveis. Dependendo da natureza do ativo e do tempo de sua aquisição, o custo se refere ao custo histórico de aquisição ou do seu montante anteriormente escriturado segundo as práticas brasileiras adotadas anteriores a adoção do ICPC 01.

b) As obrigações especiais vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica contemplam os pagamentos efetuados com o objetivo de contribuir na execução de projetos de expansão necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia e são registrados nas demonstrações financeiras como redutora dos ativos intangíveis.

##### **a. Contratos de Concessões**

As infraestruturas de distribuição de energia elétrica utilizadas pela Celesc D, sujeita a acordo de concessão de serviço, é considerada para ser controladas pelas entidades concedentes quando:

a) a entidade concedente controla ou regulamenta quais serviços o concessionário deve prestar com a infraestrutura, a quem devem ser prestados e o seu preço;

b) a entidade concedente controla, por meio da titularidade, usufruto ou de outra forma qualquer, participação residual significativa na infraestrutura no final do prazo de concessão.

Os direitos sobre as infraestruturas, operadas sob regime de concessão são contabilizados como um ativo intangível quando a Celesc D tem o direito de cobrar pelo uso dos ativos de infraestrutura, e os usuários (consumidores) têm a responsabilidade de pagar pelos serviços da Celesc D.

O valor justo de construção e outros trabalhos na infraestrutura representam o custo do ativo intangível e é reconhecido como receita quando a infraestrutura é construída, desde que este trabalho gere benefícios econômico futuros.

Os ativos intangíveis de contratos de concessão são amortizados numa base linear durante o período do contrato ou vida útil do bem a que estiver atrelado, dos dois o menor.

#### **b. Programas de Computador – *softwares***

Licenças adquiridas de *softwares* são capitalizadas e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada.

Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a *softwares* identificáveis e únicos, controlados pela Celesc D e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o *software* para que ele esteja disponível para uso.
- A administração pretende concluir o *software* e usá-lo ou vendê-lo.
- O *software* pode ser vendido ou usado.
- Pode-se demonstrar que é provável que o *software* gerará benefícios econômicos futuros.
- Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o *software*.
- O gasto atribuível ao *software* durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.
- Os gastos diretos incluem a remuneração dos funcionários da equipe de desenvolvimento de *softwares* e a parte adequada das despesas gerais relacionadas.
- Os gastos com o desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis.

#### **4.8. Ativo Financeiro de Concessão – Indenizável**

Refere-se a parcela estimada dos investimentos líquidos de obrigações especiais realizados e não amortizados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber indenização diretamente do poder concedente decorrente da aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contratos de Concessão.

É importante ressaltar que este não é um ativo financeiro como os demais ativos comparáveis e disponíveis no mercado, mas um ativo que é derivado e intrinsecamente vinculado à infraestrutura existente da Companhia, suscetível a variações decorrentes de mudanças no ambiente regulatório e no preço das *commodities* relacionadas à infraestrutura.

A partir de 2012, com o advento da MP nº 579/2012 (convertida na Lei nº 12.783/2013), o ativo financeiro de concessão de distribuição é mensurado pelo VNR (valor novo de reposição), o qual foi homologado pela ANEEL no 3º ciclo de revisão tarifária, finalizado em agosto de 2012. Salienta-se que a revisão tarifária da Celesc D ocorre a cada quatro anos, e somente nessa data a Base de Remuneração é homologada pela ANEEL através do VNR (valor novo de reposição) depreciado. Nos períodos entre as datas de Revisão Tarifária, a Administração atualiza o ativo financeiro, utilizando o critério determinado pela ANEEL para atualização da Base de Remuneração entre os períodos de revisão, ou seja, aplica o IGP-M como fator de atualização do valor justo da Base de Remuneração.

#### **4.9. Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros**

Os ativos intangíveis e outros ativos não financeiros, são revistos anualmente buscando identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, quando eventos ou alterações indicarem que o valor contábil possa não ser recuperável. Nesse caso, o valor recuperável é calculado para verificar a ocorrência de perda. Havendo perda, ela é reconhecida no resultado pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassar seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é testado anualmente.

#### **4.10. Fornecedores**

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por fornecimento de energia, encargos de uso da rede elétrica, materiais e serviços adquiridos ou utilizados no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas no valor da fatura correspondente.

#### **4.11. Empréstimos**

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados, líquidos dos custos da transação, e o valor a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Os empréstimos são classificados como Passivo Circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 (doze) meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

#### **4.12 Debêntures**

A emissão de Debêntures, não conversíveis em ações, destina-se exclusivamente para reforço de capital de giro e realização de Investimentos. As Debêntures são reconhecidas pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação e os juros atribuíveis, quando incorridos, são reconhecidos no resultado.

#### **4.13. Provisões**

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e que uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.



As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

#### **4.14. Benefícios a Empregados e Ex-empregados**

##### **a) Obrigações de Pensão**

A Celesc D tem planos de benefício definido. Os planos de benefício definido estabelecem um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração.

O passivo relacionado aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço menos o valor de mercado dos ativos do plano. A obrigação do benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes usando-se o método de crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajuste pela experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes, quando ocorrerem.

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado.

Para os planos de contribuição definida, a Companhia paga contribuições a planos de pensão de administração pública ou privada em bases compulsórias, contratuais ou voluntárias. Assim que as contribuições tiverem sido feitas, a Companhia não tem obrigações relativas a pagamentos adicionais. As contribuições regulares compreendem os custos periódicos líquidos do período em que são devidas e, assim, são incluídas nos custos de pessoal.

##### **b) Outros Benefícios**

A Companhia oferece aos seus empregados que já adquiriram o direito de se aposentar e aos seus pensionistas benefícios de plano de saúde. O direito a esses benefícios é concedido para o empregado que permanece trabalhando até a idade de aposentadoria. Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período de emprego, usando a mesma metodologia contábil usada para os planos de pensão de benefício definido. Os ganhos e

perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e mudanças das premissas atuariais são debitados ou creditados ao patrimônio líquido, em outros componentes do resultado abrangente. Essas obrigações são avaliadas anualmente por atuários independentes e qualificados.

#### **c) Benefícios de rescisão**

Os benefícios de rescisão são exigíveis quando o vínculo empregatício é encerrado pela Celesc D antes da data normal de aposentadoria, ou sempre que um empregado aceitar a demissão voluntária em troca desses benefícios, tais como: Programa de Demissão Voluntária Incentivada – PDVI, Programa de Demissão Voluntária – PDV, Plano Pecúlio (para todos os empregados na ativa e para os aposentados por invalidez), Auxílio Deficiente, Auxílio Funeral e Benefício Mínimo a Aposentadoria, o qual é pago sempre que o vínculo empregatício é encerrado antes da data normal de aposentadoria.

No caso de uma oferta efetuada para incentivar a demissão voluntária, os benefícios de rescisão são mensurados com base no número de empregados que, segundo se espera, aceitarão a oferta. Os benefícios que vencerem após 12 (doze) meses da data do balanço são descontados a valor presente.

#### **d) Participação nos Lucros e Resultados – PLR**

O reconhecimento dessa participação é provisionado mensalmente e, após o encerramento do exercício, o valor é corrigido conforme a efetiva realização das metas estabelecidas entre a Companhia e seus empregados. A Celesc D reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigado ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

### **4.15. Outros Ativos e Passivos Circulantes e Não Circulantes**

São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas (passivos).

### **4.16. Distribuição de Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio**

São reconhecidos como passivo no momento em que os dividendos são aprovados pelos acionistas da Companhia. O Estatuto Social da Companhia prevê que, no mínimo, 25% do lucro anual ajustado sejam distribuídos como dividendos; portanto, a Companhia registra provisão, no encerramento do exercício social, no montante do dividendo mínimo que ainda não tenha sido distribuído durante o exercício até o limite do dividendo mínimo obrigatório descrito acima. Valores acima do mínimo obrigatório, somente são provisionados quando aprovados em

Assembleia Geral Ordinária – AGO pelos acionistas. O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido diretamente no resultado.

#### **4.17. Capital Social**

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquidos de impostos.

#### **4.18. Reconhecimento de Receita**

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pelo fornecimento e suprimento de energia faturada, estimativa de energia fornecida e não faturada no curso normal das atividades da Celesc D. É apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Receita é reconhecida quando:

- a) o valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- b) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade; e
- c) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades descritas a seguir.

##### **a) Fornecimento de Energia Elétrica**

Destina-se à contabilização da receita faturada e não faturada correspondente ao fornecimento de energia elétrica, assim como dos ajustes e adicionais específicos.

##### **b) Disponibilidade da Rede Elétrica**

São contabilizadas as receitas derivadas da disponibilização do sistema de distribuição pela própria Concessionária por meio de suas atividades.

##### **c) Suprimento de Energia Elétrica**

Destina-se à contabilização da receita proveniente do suprimento de energia elétrica ao revendedor, bem como dos ajustes e adicionais específicos.

#### **d) Receita de Construção**

Destina-se a contabilização da Receita de Construção de infraestrutura proveniente do contrato de concessão, sendo esta reconhecida tomando como base a proporção do trabalho realizado. A margem de construção adotada pela Celesc D é igual a zero em virtude da Celesc D terceirizar a construção da infraestrutura com partes não relacionadas.

#### **e) Receita Financeira**

Os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa de juros efetiva utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do contas a receber.

### **4.19. Novas normas e interpretações**

As seguintes novas normas e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2013. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis – CPC.

IFRIC 21 – "Taxas". A interpretação esclareceu quando uma entidade deve reconhecer uma obrigação de pagar taxas de acordo com a legislação. A obrigação somente deve ser reconhecida quando o evento que gera a obrigação ocorre. Essa interpretação é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2014.

IFRS 9 – "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substitui os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. A Celesc D está avaliando o impacto total do IFRS 9. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2015.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

#### **4.20. Taxas Regulamentares**

##### **a) Reserva Global de Reversão – RGR**

Encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas concessionárias de energia elétrica, com a finalidade de prover recursos para a reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu valor anual equivale a 2,5% dos investimentos efetuados pela concessionária em ativos vinculados à prestação do serviço de energia elétrica, limitado a 3% de sua receita anual.

##### **b) Conta de Desenvolvimento Energético – CDE**

Tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida, a partir de fontes alternativas, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, permitindo a universalização do serviço de energia elétrica. Os valores a serem pagos também são definidos pela ANEEL.

##### **c) Programas de Eficientização Energética – PEE e Pesquisa & Desenvolvimento – P&D**

São programas de reinvestimentos exigidos pela ANEEL para as distribuidoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% de sua Receita Operacional Líquida – ROL, para aplicação nesses programas.

##### **d) Taxa de Fiscalização do Serviço de Energia Elétrica – TFSEE**

Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a distribuição de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário.

##### **e) Encargo de Capacidade Emergencial – ECE**

O ECE foi instituído pela Lei Federal nº 10.438, de 26 abril de 2002, com a finalidade de cobrir o custo de contratação de usinas termelétricas instaladas no país para gerar energia em caso de risco de desabastecimento.

##### **f) Encargo de Capacidade Emergencial – ECE**

O ECE foi instituído pela Lei Federal nº 10.438, de 26 abril de 2002, com a finalidade de cobrir o custo de contratação de usinas termelétricas instaladas no país para gerar energia em caso de risco de desabastecimento.

#### **4.21. Custos e Despesas**

Os custos e as despesas são reconhecidos pelo regime de competência.

## **5. Gestão de Riscos Financeiros**

### **5.1. Fatores de Riscos Financeiros**

As atividades da Celesc D a expõem a diversos riscos financeiros: Risco de Mercado (incluindo risco de moeda, de taxas de juros de valor justo, de taxas de juros de fluxo de caixa e de preço), Risco de Crédito e Risco de Liquidez. O programa de gestão de risco se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Celesc D

### **5.2. Risco de Mercado**

#### **5.2.1. Risco Cambial**

Esse risco decorre da possibilidade de a Celesc D incorrer em perdas e em restrições de caixa por conta de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando os saldos de passivo denominados em moeda estrangeira.

A subsidiária Celesc D está exposta em suas atividades operacionais, à variação cambial na compra de energia elétrica de Itaipu. O mecanismo de compensação (CVA) protege as empresas de eventuais perdas. Entretanto, esta compensação se realizará somente pelo consumo e consequente faturamento de energia ocorridos após o reajuste tarifário subsequente, no qual tenham sido contempladas tais perdas. O Decreto nº 7.945, de 07 de março de 2013, instituiu que o valor integral ou parcial do saldo positivo acumulado pela CVA, relativo ao Encargo de Serviço do Sistema e à energia comprada para revenda (CVA ESS e Energia), seria repassado com recurso da CDE, na ocasião do reajuste ou revisão tarifária.

#### **5.2.2. Riscos de Fluxo de Caixa ou Valor Justo Associado com Taxa de Juros**

Este risco é oriundo da possibilidade da Celesc D incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, ou outros indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado ou diminuam a receita financeira relativa às aplicações financeiras. A Celesc D não tem pactuado contratos de derivativos para fazer face a esse risco.

### **5.3. Risco de Crédito**

Surge da possibilidade da Celesc D incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus consumidores, concessionárias e permissionárias. Para reduzir esse tipo de risco e auxiliar seu gerenciamento a Celesc D monitora as contas a receber de consumidores realizando diversas ações de cobrança incluindo a interrupção do fornecimento caso o consumidor deixe de realizar seus pagamentos. No caso dos consumidores, o risco de crédito é baixo devido a grande pulverização do carteira.

#### **5.4. Risco de Liquidez**

A previsão de fluxo de caixa é realizada na área operacional da Celesc D pelo Departamento Econômico Financeiro – DPEF. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Celesc D para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender as necessidades operacionais.

#### **5.5. Riscos Operacionais**

##### **5.5.1. Risco Quanto a Escassez de Energia Elétrica**

O Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidrelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo na aquisição de energia no mercado de curto prazo e a elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Numa situação extrema poderá ser adotado, um programa de racionamento, que implicaria em redução de receita.

No entanto, considerando os níveis atuais dos reservatórios e as últimas simulações efetuadas, o Operador Nacional de Sistema Elétrico – ONS não prevê para os próximos anos um novo programa de racionamento.

##### **5.5.2. Risco de Não Prorrogação da Concessão**

A Celesc D possui concessão para exploração dos serviços de distribuição de energia elétrica até 07 de julho de 2015. A Celesc D protocolou o pedido de prorrogação de sua concessão em 18 de setembro de 2012, conforme permitido pela MP nº 579/2012, convertida na Lei nº 12.783/2013 e regulamentada pelo Decreto Federal nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013. Dessa forma, a Administração da Celesc D considera remoto o risco de não prorrogação da concessão.

#### **5.6. Gestão de Capital**

Os objetivos da Celesc D ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Celesc D para oferecer retorno ao acionista e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Celesc D pode rever a política de pagamento de dividendos, devolvendo capital ao acionista.

Condizente com outras empresas do setor, a Celesc D monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total.

A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo Empréstimos de Curto e Longo Prazo, subtraído do montante de Caixa e Equivalentes de Caixa). O capital total é apurado pela soma do Patrimônio Líquido, com a dívida líquida.

Descrição	2013	2012
Total de Empréstimos	378.639	338.110
Debêntures	303.033	-
Menos: Caixa e Equivalente de Caixa	(583.995)	(127.357)
Dívida Líquida	97.677	210.753
Total Patrimonio Líquido	1.538.756	1.219.509
Total Capital	1.636.433	1.430.262
<b>Índice de Alavancagem Financeira (%)</b>	<b>5,97%</b>	<b>14,74%</b>

### 5.7. Estimativa do Valor Justo

Pressupõe-se que os saldos das Contas a Receber de Clientes e Contas a Pagar aos Fornecedores pelo valor contábil, menos a perda *impairment*, esteja próxima de seus valores justos.

A Celesc D aplica o CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no Balanço Patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- a) Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos Nível 1.
- b) Informações, além dos preços cotados, incluídas no Nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente, ou seja, como preços ou indiretamente, ou seja, derivados dos preços, Nível 2.
- c) Informações para os ativos ou passivos que não são baseadas em dados observáveis pelo mercado (ou seja, premissas não observáveis) (Nível 3).

A tabela a seguir apresenta os ativos da Celesc D mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2013. A Celesc D não possui passivos mensurados ao valor justo nessa data base.

Descrição	Nível 3
<b>Ativos</b>	<b>2.682.713</b>
Ativo Indenizável - Concessão	2.682.713

A tabela a seguir apresenta os ativos da Celesc D mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2012. A Celesc D não possui passivos mensurados ao valor justo naquela data base.



Descrição	Nível 1	Nível 3
<b>Ativos</b>	<b>16.343</b>	<b>2.390.674</b>
Títulos e Valores Mobiliários	16.343	-
Ativo Indenizável - Concessão	-	2.390.674

## 6. Instrumentos Financeiros por Categoria

A tabela abaixo apresenta os Instrumentos Financeiros por Categoria em 31 de dezembro de 2013.

Descrição	31/12/2013			
	Ativos ao Valor Justo por Meio do Resultado	Empréstimos e Recebíveis	Disponível Para Venda	Total
<b>Ativo</b>	<b>-</b>	<b>1.367.388</b>	<b>2.685.673</b>	<b>4.053.061</b>
Caixa e Bancos	-	45.963	-	45.963
Aplicação Financeira de Liquidez Imediata	-	538.032	-	538.032
Ativo Indenizável (concessão)	-	-	2.682.713	2.682.713
Outros	-	-	2.960	2.960
Contas a Receber	-	783.393	-	783.393
<b>Passivo</b>	<b>-</b>	<b>1.236.951</b>	<b>-</b>	<b>1.236.951</b>
Empréstimos e Financiamentos	-	378.639	-	378.639
Debentures	-	303.033	-	303.033
Fornecedores	-	555.279	-	555.279

A tabela abaixo apresenta os Instrumentos Financeiros por Categoria em 31 de dezembro de 2012.

Descrição	31/12/2012			
	Ativos ao Valor Justo por Meio do Resultado	Empréstimos e Recebíveis	Disponível Para Venda	Total
<b>Ativo</b>	<b>16.343</b>	<b>1.211.835</b>	<b>2.392.697</b>	<b>3.620.875</b>
Caixa e Bancos	-	46.510	-	46.510
Aplicação Financeira de Liquidez Imediata	-	80.847	-	80.847
Títulos e Valores Mobiliários	16.343	-	-	16.343
Ativo Indenizável (concessão)	-	-	2.390.674	2.390.674
Outros	-	-	2.023	2.023
Contas a Receber	-	1.084.478	-	1.084.478
<b>Passivo</b>	<b>-</b>	<b>1.035.786</b>	<b>-</b>	<b>1.035.786</b>
Empréstimos e Financiamentos	-	338.110	-	338.110
Fornecedores	-	697.676	-	697.676

## 7. Qualidade do Crédito dos Ativos Financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros pode ser avaliada mediante referência às classificações interna de cessão de limites de crédito:

Descrição	2013	2012
Contas a Receber de Clientes		
Grupo 1 - Clientes com Arrecadação no Vencimento	398.636	553.567
Grupo 2 - Clientes com média de atraso entre 1 e 30 dias no último ano	271.236	396.903
Grupo 3 - Clientes com média de atraso entre 31 e 90 dias no último ano	65.705	91.158
Grupo 4 - Clientes com média de atraso superior a 90 dias no último ano	533.571	512.088
	<u>1.269.149</u>	<u>1.553.716</u>

Todos os demais Ativos Financeiros que a Companhia mantém, principalmente, contas-correntes e aplicações financeiras são considerados de alta qualidade e não apresentam indícios de perdas.

## 8. Caixa e Equivalentes de Caixa

Descrição	2013	2012
Recursos em Banco e em Caixa	45.963	46.510
Aplicações de Liquidez Imediata (*)	538.032	80.847
	<u>583.995</u>	<u>127.357</u>

(\*) As Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata são de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, não estando sujeitos a risco significativo de mudança de valor. Esses títulos referem-se a Certificados de Depósito Bancários – CDB, remunerados em média à taxa de 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

## 9. Contas a Receber de Clientes

### a) Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

Descrição	Saldos a Vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	
				2013	2012
<b>Consumidores</b>	<b>566.383</b>	<b>109.988</b>	<b>514.391</b>	<b>1.190.762</b>	<b>1.334.462</b>
Residencial	175.291	51.136	53.800	280.227	324.499
Industrial	188.649	30.019	342.531	561.199	633.782
Comercial	126.946	19.468	61.740	208.154	226.790
Rural	28.980	4.259	7.464	40.703	44.039
Poder Público	20.991	4.667	32.486	58.144	62.919
Iluminação Pública	14.547	275	15.387	30.209	29.818
Serviço Público	10.979	164	983	12.126	12.615
<b>Suprimento a Outras Concessionárias</b>	<b>56.455</b>	<b>7.229</b>	<b>14.703</b>	<b>78.387</b>	<b>219.254</b>
Concessionárias e Permissionárias	32.996	2.670	1.922	37.588	53.368
Energia Elétrica de Curto Prazo (i)	29.082	-	-	29.082	150.585
Outros Créditos	(5.623)	4.559	12.781	11.717	15.301
<b>Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) com clientes</b>				<b>(485.756)</b>	<b>(469.238)</b>
				<b>783.393</b>	<b>1.084.478</b>
<b>Circulante</b>				<b>776.223</b>	<b>984.036</b>
<b>Não Circulante</b>				<b>7.170</b>	<b>100.442</b>

### i) Energia Elétrica de Curto Prazo

Valor refere-se a venda de energia no mercado livre, por meio da câmara de comercialização de energia elétrica.

## ii) Perda Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) com Clientes

A composição da PECLD, por classe de consumo está demonstrada a seguir:

<b>Descrição</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
<b>Consumidores</b>	<b>485.756</b>	<b>469.238</b>
Residencial	53.791	71.900
Industrial	179.926	184.279
Textil (a)	136.128	96.131
Comercial	58.931	60.154
Rural	5.229	5.682
Poder Público	31.842	32.417
Iluminação Pública	14.397	13.779
Serviço Público	929	934
Concessionárias e Permissionárias	1.109	488
Outros	3.474	3.474
<b>Circulante</b>	<b>349.628</b>	<b>469.238</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>136.128</b>	<b>-</b>

Segue a movimentação da PECLD:

	<u><b>Montante</b></u>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2011</b>	<b><u>378.582</u></b>
Provisão Constituída no Período	102.999
Baixas de Contas a Receber	(12.343)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2012</b>	<b><u>469.238</u></b>
Provisão Constituída no Período	93.277
Baixas de Contas a Receber	(76.759)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2013</b>	<b><u>485.756</u></b>

### (a) Provisão Têxtil

No ano de 2009 a Celesc Distribuição S.A. efetuou um plano de ação de recuperação de débitos para empresas do ramo têxtil entre elas Buettner S.A., Companhia Industrial Schlösser S.A., Fábrica de Tecidos Carlos Renaux S.A, Têxtil RenauxView S.A. e TEKA – Tecelagem Kuehnrich.

Em 2011, a Buettner S.A. e a Companhia Industrial Schlösser S.A. entraram em recuperação judicial e com base na probabilidade de recuperação desses valores ser remota, a Celesc D provisionou o montante de R\$18.231 em 2011 e R\$16.888 em 2012, que representa a totalidade do crédito que a Celesc possui com essas empresas.

Em 2012, a Fábrica de Tecidos Carlos Renaux S.A. também entrou em liquidação judicial, todavia apresentou plano de recuperação judicial. Em 15 de julho de 2013, o Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina, Comarca de Brusque, Vara Comercial, decretou a falência da Fábrica de Tecidos Carlos Renaux S.A.. Dessa forma, no terceiro trimestre de 2013, a Companhia registrou a perda no montante de R\$42.992.

Ainda em 2012, a Tecelagem Kuehnrich – TEKA deu entrada em um pedido de recuperação judicial perante a Comarca de Blumenau, Santa Catarina. Tendo em vista o plano de recuperação ainda não ter sido aprovado e a probabilidade de recebimento do referido valor ser remota na avaliação da Administração, a Celesc D constituiu provisão da totalidade do parcelamento que a TEKA possui com a empresa no montante de R\$55.794.

Em relação à empresa Têxtil RenauxView S.A., a administração da Celesc D, considerando a inadimplência da dívida referente ao contrato de parcelamento, e em virtude da remota possibilidade de recebimento constituiu provisão da totalidade do valor a receber no montante de R\$45.215 em 2013.

## 10. Ativo Indenizável – Concessões

Descrição	2013	2012
<b>Recebíveis</b>		
Ativo Indenizável – Concessão	2.682.713	2.390.674
	<b>2.682.713</b>	<b>2.390.674</b>

O contrato de concessão de distribuição de energia elétrica da Celesc D se enquadra nos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC12), que trata da contabilização das concessões.

Os ativos de concessão referem-se a créditos a receber do Poder Concedente (União), quando a Companhia possui direito incondicional de ser indenizada ao final da concessão, conforme previsto em contrato, a título de indenizações originadas nos contratos de concessão de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, pelos investimentos efetuados em infraestrutura e não recuperados por meio da tarifa. Estes ativos financeiros são classificados como "disponíveis para venda".

Abaixo segue a movimentação do saldo no exercício:

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2011</b>	<b><u>1.943.940</u></b>
Adições	285.441
Baixas	(33.352)
Transferências Provenientes do Intangí	40.379
Atualização (i)	<u>154.266</u>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2012</b>	<b><u>2.390.674</u></b>
Adições	261.093
Baixas	(33.116)
Atualização (i)	<u>64.062</u>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2013</b>	<b><u>2.682.713</u></b>

(i) A Companhia reconheceu em 2012 e 2013 os montantes de R\$154.266 e R\$64.062, respectivamente, referente à atualização do ativo financeiro de concessão de distribuição de energia elétrica pelo Valor Novo de Reposição – VNR.

## 11. Tributos a Recuperar

Descrição	2013	2012
ICMS	45.140	47.688
PIS/COFINS	384	2.039
IRPJ e CSLL	53.968	50.855
Outros	<u>2.523</u>	<u>2.254</u>
	<b><u>102.015</u></b>	<b><u>102.836</u></b>
<b>Circulante</b>	<b><u>91.680</u></b>	<b><u>88.841</u></b>
<b>Não Circulante</b>	<b><u>10.335</u></b>	<b><u>13.995</u></b>

- Impostos sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS
- Programa de Integração Social – PIS
- Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS
- Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ
- Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL

## 12. Partes Relacionadas

### a) Transações e Saldos

Empresas	Ativo		Passivo		Receita	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012
<b>Celesc Geração S.A.</b>						
Outros Créditos	1.213	1.304	-	-	-	-
Receita de Encargos de Uso do Sistema de Distribuição	-	-	-	-	1.900	2.131
<b>Celos</b>						
Entidade de Previdência Privada	-	-	14.263	14.538	-	-
<b>Governo do Estado de SC</b>						
Contas a Receber	5.806	8.710	-	-	-	-
Receita Operacional	-	-	-	-	41.848	49.889
Tributos a Recuperar - ICMS	45.140	47.688	-	-	-	-
Tributos e Contribuições Sociais - ICMS	-	-	82.559	45.005	-	-
Dedução da Receita - ICMS	-	-	-	-	1.145.465	1.334.937
	<u>52.159</u>	<u>57.702</u>	<u>96.822</u>	<u>59.543</u>	<u>1.189.213</u>	<u>1.386.957</u>

### b) Remuneração do Pessoal Chave da Administração

Refere-se à remuneração da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal, conforme descrito a seguir:

Descrição	2013	2012
Honorários	1	402
Encargos Sociais	6	152
Participação nos Lucros e Resultados	-	103
Outros Gastos	3	41
	<u>10</u>	<u>698</u>

Em 2013 ocorreu uma reestruturação administrativa na Companhia, no qual resultou na consolidação dos administradores do Grupo Celesc na controladora final.

### 13. Intangível

	<u>Ativo de Concessão</u>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2011</b>	<b><u>523.590</u></b>
Adições	46.451
Baixas	(13.670)
Amortização	(152.039)
Transferência	(40.379)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2012</b>	<b><u>363.953</u></b>
Adições	31.586
Baixas	(5.079)
Amortização	(157.268)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2013</b>	<b><u>233.192</u></b>
Custo Total	960.353
Amortização Acumulada	(727.161)
Taxa Média de Amortização %	11%

A Celesc D não identificou indícios de perda do valor recuperável dos seus ativos intangíveis.

Em conformidade com a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), contabilidade de concessões, foi registrado no Ativo Intangível a parcela da infraestrutura de distribuição que será utilizada durante a concessão, composta pelos ativos da distribuição de energia elétrica, líquidos das participações de consumidores (Obrigações Especiais).

A ANEEL, em conformidade ao marco regulatório brasileiro, é responsável por estabelecer a vida útil econômica dos ativos da distribuição do setor elétrico, estabelecendo periodicamente uma revisão na avaliação destas taxas.

As taxas estabelecidas pela ANEEL são utilizadas nos processos de revisão tarifaria, cálculo de indenização ao final da concessão e são reconhecidas como uma estimativa razoável da vida útil dos ativos da concessão. Desta forma, estas taxas foram utilizadas como base para a avaliação e amortização do Ativo Intangível.

### 14. Resultado com Imposto de Renda e Contribuição Social

#### a) Composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos líquidos

Os saldos de Ativos e Passivos Diferidos apresentam-se como segue:



Descrição	Diferido Ativo		Diferido Passivo		Diferido Líquido	
	2013	2012 (Reapresentado)	2013	2012 (Reapresentado)	2013	2012 (Reapresentado)
Diferenças Temporárias						
Provisão para Contingências	121.251	95.119	-	-	121.251	95.119
Provisão para Perdas em Ativos	48.056	51.521	-	-	48.056	51.521
Benefícios Pós Emprego	190.595	335.047	-	-	190.595	335.047
Prejuízo Fiscal	24.284	33.745	-	-	24.284	33.745
Outras Provisões	-	-	766	771	(766)	(771)
Recomposição Tarifária Extraordinária - RTE	74.839	68.430	-	-	74.839	68.430
Efeitos do ICPC 01 - Contratos de Concessão	-	-	67.511	60.263	(67.511)	(60.263)
Efeitos do CPC 38 - Instrumentos Financeiros	-	-	74.231	52.449	(74.231)	(52.449)
	<b>459.025</b>	<b>583.862</b>	<b>142.508</b>	<b>113.483</b>	<b>316.517</b>	<b>470.379</b>

## b) Conciliação do IRPJ e da CSLL Corrente e Diferido

A conciliação entre a despesa de IRPJ e da CSLL pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

Descrição	2013	2012
<b>Lucro Antes do IRPJ e da CSLL</b>	<b>215.324</b>	<b>(196.343)</b>
Alíquota nominal combinada do Imposto de Renda e da Contribuição Social	34%	34%
<b>IRPJ e CSLL</b>	<b>73.210</b>	<b>(66.757)</b>
<b>Adições e Exclusões Permanentes</b>		
Juros sobre capital próprio	(40.179)	
Benefício Fiscal	4.618	5.714
Incentivo Fiscal	618	689
Multas Indedutíveis	8.172	7.508
Depreciação / Baixas VNR	83.093	-
Participação dos Administradores	20	75
Ultrapassagem de Demanda	34.523	-
PDV	(35.515)	-
Ajuste Atuarial	(45.343)	-
PCLD - Teka	(19.387)	-
Outras Adições (Exclusões)	2.236	(10.554)
<b>IRPJ e CSLL no Resultado do Período</b>	<b>66.066</b>	<b>(63.325)</b>
Corrente	(21.142)	-
Diferido	(44.924)	63.325
	<b>(66.066)</b>	<b>63.325</b>
<b>Alíquota Efetiva</b>	<b>31%</b>	<b>32%</b>

## 15. Outros Créditos

Descrição	2013	2012
Tarifa Social de Baixa Renda (a)	3.724	4.331
Rendas a Receber (b)	33.299	3.887
Programa Reluz (c)	12	668
Pessoal a Disposição (d)	2.020	3.388
Serviços Prestados a Terceiros	190	339
Adiantamentos a Empregados	980	945
Despesas Pagas Antecipadamente (e)	13.966	2.482
Subsídio Decreto Nº 7.891/2013 (f)	31.801	-
Substituição Tributária (g)	17.745	-
Outros Créditos a Receber	7.940	11.745
<b>Total</b>	<b>111.677</b>	<b>27.785</b>
<b>Circulante</b>	<b>108.717</b>	<b>25.762</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>2.960</b>	<b>2.023</b>

### a) Tarifa Social de Baixa Renda

O Governo Federal, pela Lei Federal nº 10.438, de 26 de abril de 2002, determinou às concessionárias do Serviço Público de Energia Elétrica a ampliação da Tarifa Social de Baixa Renda com base nos novos critérios e enquadramento das unidades consumidoras.

A partir de maio de 2002, a Celesc D promoveu o faturamento do fornecimento de energia elétrica, segundo as disposições estabelecidas nas Resoluções ANEEL nº 246, de 30 de abril de 2002 e nº 485, de 29 de agosto de 2002.

O Decreto Presidencial nº 4.538, de 23 de dezembro de 2002, estabeleceu, ainda, que o atendimento de consumidores integrantes da subclasse Residencial Baixa Renda será custeado por subvenção econômica conforme Lei Federal nº 10.604, de 17 de dezembro de 2002.

A ANEEL, pelo Ofício Circular nº 155, de 24 de janeiro de 2003, divulgou os procedimentos para apuração e registro do ativo decorrente do reconhecimento da aplicação da nova tarifa social no que diz respeito à redução dos valores faturados.

### b) Rendas a Receber

São créditos da Celesc D referentes a receitas auferidas pela concessionária, provenientes do aluguel de postes.

**c) Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente – Reluz**

O Programa Reluz tem como objetivo promover a modernização e melhoria da eficiência energética do sistema de Iluminação Pública nos municípios, pela substituição dos equipamentos atuais por tecnologias mais eficientes, visando combater o desperdício de energia elétrica.

**d) Pessoal a Disposição**

São créditos da Celesc D referentes à Pessoal a Disposição da Celesc Holding, Celesc Geração S.A. e outros órgãos federais, estaduais e municipais.

**e) Despesas Pagas Antecipadamente**

São despesas de períodos futuros referentes a vale alimentação e vale transporte.

**f) Subsídio Decreto nº 7.891/2013**

Corresponde ao valor mensal a ser repassado pela Eletrobras à Celesc D, no período de competência de dezembro de 2013 a julho de 2014, até o 10º dia útil do mês subsequente, referente aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, conforme previsto no art. 13, inciso VII, da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, com redação dada pela Lei nº 12.839, de 9 de julho de 2013, e em cumprimento ao disposto no art. 3º do Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013.

**g) Substituição Tributária**

Os valores apresentados referem-se ao ICMS incidente sobre as sucessivas operações internas e interestaduais relativas à circulação de energia elétrica que se destine ao consumo de destinatário que a tenha adquirido em ambiente de contratação livre de acordo com o Convênio ICMS 77/2011 de 5 de agosto de 2011.

**16. Fornecedores**

<b>Descrição</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Energia Elétrica	327.809	573.165
Encargos de Uso da Rede Elétrica	28.485	55.048
Materiais e Serviços	76.410	69.463
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE	122.575	-
<b>Total Passivo Circulante</b>	<b>555.279</b>	<b>697.676</b>

## 17. Empréstimos e Financiamentos

Descrição	2013	2012
Empréstimos Bancários (a)	163.397	110.682
Eletróbrás (b)	177.591	189.260
Finame (c)	37.651	38.168
	<b>378.639</b>	<b>338.110</b>
<b>Circulante</b>	<b>199.686</b>	<b>81.064</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>178.953</b>	<b>257.046</b>

### (a) Composição dos vencimentos

Descrição	2013	2012
Até 6 meses	114.850	21.108
de 6 a 12 meses	84.836	59.957
de 12 a 60 meses	150.905	220.638
Acima de 60 meses	28.048	36.407
	<b>378.639</b>	<b>338.110</b>

### (b) Mutação

Descrição	Moeda Nacional	
	Circulante	Não Circulante
<b>Em 31 de Dezembro de 2011</b>	<b>171.739</b>	<b>107.927</b>
Ingressos	28.847	227.050
Encargos Provisionados	21.949	-
Transferências	77.931	(77.931)
Amortizações de Principal	(197.720)	-
Pagamentos de Encargos	(21.682)	-
<b>Em 31 de Dezembro de 2012</b>	<b>81.064</b>	<b>257.046</b>
Ingressos	212.975	120.491
Encargos Provisionados	33.718	-
Transferências	198.584	(198.584)
Amortizações de Principal	(294.959)	-
Pagamentos de Encargos	(31.696)	-
<b>Em 31 de Dezembro de 2013</b>	<b>199.686</b>	<b>178.953</b>

### (c) Condições Contratuais dos Empréstimos e Financiamentos

**Condições Contratuais dos Empréstimos e Financiamentos:**

Contratos	Data da Assinatura	Objetivo	Juros	Vencimento	Saldo a pagar (R\$ Mil)
Banco Brasil - Giro 2	31.10.2012	Capital de Giro	7,55 % a.a.	abr.14	73.845
Banco Brasil - Giro 3	29.01.2013	Capital de Giro	7,55% a.a.	jan.14	89.552
Eletrobrás - ECF 0219	12.02.2008	Luz para Todos	5% a.a.	abr.20	13.445
Eletrobrás - ECF 2721	03.12.2008	Emergencial Enchentes	5% a.a.	dez.14	2.444
Eletrobrás - ECF 2734	30.03.2009	Transmissão e Subestações	5% a.a.	abr.16	47.674
Eletrobrás - ECF 2872	30.08.2010	Melhorias do Sistema	5% a.a.	fev.18	42.031
Eletrobrás - EFS 0007	27.07.2004	Luz para Todos	5% a.a.	nov.16	1.262
Eletrobrás - EFS 0096	09.09.2005	Luz para Todos	5% a.a.	nov.17	6.986
Eletrobrás - ECF 2980	20.12.2011	Melhorias do Sistema	5% a.a.	jul.19	29.520
Eletrobrás - ECF 2986	11.05.2012	Obras Linhas de Transmissão e SEs 69 e 138Kv	5% a.a.	jul.19	25.505
Eletrobrás - ECF 0317	15.06.2011	Luz para Todos	5% a.a.	mai.25	8.724
Finame - 522	07.06.2010	Compra de Equipamentos	4,5% a.a.	jun.20	131
Finame - 523	07.06.2010	Compra de Equipamentos	4,5% a.a.	jun.20	1.486
Finame - 526	07.06.2010	Compra de Equipamentos	4,5% a.a.	jun.20	555
Finame - 547	28.08.2010	Compra de Equipamentos	5,5% a.a.	set.20	418
Finame - 548	25.08.2010	Compra de Equipamentos	5,5% a.a.	set.20	1.599
Finame - 620	29.03.2011	Compra de Equipamentos	5,5% a.a.	abr.21	7.119
Finame - 623	29.03.2011	Compra de Equipamentos	5,5% a.a.	abr.21	2.856
Finame - 624	29.03.2011	Compra de Equipamentos	5,5% a.a.	abr.21	1.208
Finame - 625	29.03.2011	Compra de Equipamentos	5,5% a.a.	abr.21	1.030
Finame - 626	29.03.2011	Compra de Equipamentos	5,5% a.a.	abr.21	1.189
Finame - 629	29.03.2011	Compra de Equipamentos	5,5% a.a.	abr.21	2.650
Finame - 630	29.03.2011	Compra de Equipamentos	5,5% a.a.	abr.21	4.525
Finame - 656	29.09.2011	Compra de Equipamentos	8,7% a.a.	out.21	1.116
Finame - 677	14.10.2011	Compra de Equipamentos	8,7% a.a.	out.21	994
Finame - 678	17.10.2011	Compra de Equipamentos	8,7% a.a.	nov.21	825
Finame - 726	23.07.2012	Compra de Equipamentos	5,5% a.a.	ago. 22	2.962
Finame - 727	23.07.2012	Compra de Equipamentos	5,5% a.a.	ago. 22	912
Finame - 728	23.07.2012	Compra de Equipamentos	5,5% a.a.	ago. 22	1.041
Finame - 729	23.07.2012	Compra de Equipamentos	5,5% a.a.	ago. 22	633
Finame - 730	08.08.2012	Compra de Equipamentos	5,5% a.a.	ago. 22	3.246
Finame - 749	05.12.2012	Compra de Equipamentos	2,5% a.a.	dez.22	121
Finame - 751	05.12.2012	Compra de Equipamentos	2,5% a.a.	dez.22	1.035
<b>TOTAL</b>					<b>378.639</b>

### 17.1. Empréstimos bancários

Visando atender as necessidades da Celesc D, o Conselho de Administração autorizou na reunião do dia 17 de Outubro de 2012 a captação de recursos para Capital de Giro da Celesc D no valor de R\$110 mil a taxa de juros de 7,55% a.a. com 12 (doze) meses de carência e 6 (seis) meses para pagamento. Este contrato tem como garantia os recebíveis e está anuído pela ANEEL.

Com o mesmo objetivo, o Conselho de Administração autorizou na reunião do dia 17 de Janeiro de 2013 uma nova captação de recursos no valor de R\$89,0 milhões, com a mesma taxa de juros, porém com 15 (quinze) meses de carência e 9 (nove) meses para pagamento. Este contrato tem como garantia os recebíveis e está anuído pela ANEEL.

Descrição	Moeda Nacional	
	Circulante	Não Circulante
<b>Em 31 de Dezembro de 2011</b>	<b>103.376</b>	<b>-</b>
Ingressos	28.847	110.000
Encargos Provisionados	8.265	-
Transferências	36.666	(36.666)
Amortizações de Principal	(131.389)	-
Pagamentos de Encargos	(8.417)	-
<b>Em 31 de Dezembro de 2012</b>	<b>37.348</b>	<b>73.334</b>
Ingressos	-	89.000
Encargos Provisionados	13.836	-
Transferências	152.444	(152.444)
Amortizações de Principal	(36.667)	-
Pagamentos de Encargos	(13.454)	-
<b>Em 31 de Dezembro de 2013</b>	<b>153.507</b>	<b>9.890</b>

## 17.2. Eletrobras

Os empréstimos contratados junto à Eletrobras destinaram-se, entre outras aplicações, aos programas de eletrificação rural, sendo que os recursos advêm da Reserva Global de Reversão – RGR e do Fundo de Financiamento da Eletrobrás. Em geral, esses contratos possuem carência de 24 meses, amortização em 60 meses, taxa de juros de 5% a.a. e taxa de administração de 2% a.a., têm os recebíveis como garantia e estão anuídos pela ANEEL.

Descrição	Moeda Nacional	
	Circulante	Não Circulante
<b>Em 31 de Dezembro de 2011</b>	<b>67.989</b>	<b>83.102</b>
Ingressos	-	104.043
Encargos Provisionados	12.020	-
Transferências	38.715	(38.715)
Amortizações de Principal	(66.090)	-
Pagamentos de Encargos	(11.804)	-
<b>Em 31 de Dezembro de 2012</b>	<b>40.830</b>	<b>148.430</b>
Ingressos	-	29.242
Encargos Provisionados	14.635	-
Transferências	41.972	(41.972)
Amortizações de Principal	(39.658)	-
Pagamentos de Encargos	(15.888)	-
<b>Em 31 de Dezembro de 2013</b>	<b>41.891</b>	<b>135.700</b>

### 17.3. Finames

Os empréstimos contratados na modalidade de Finame destinaram-se a suprir parte da insuficiência de recursos da Celesc D e foram utilizados na compra de máquinas e equipamentos. Cada aquisição de equipamento constitui um contrato, que foram negociados a taxas de juros anuais que variam de 2,5% a 8,7%. Suas aplicações estavam previstas, inicialmente, para os anos 2011 e 2012. Entretanto, houve aplicações em 2013 e ainda podem ocorrer até 2017. O valor contratado pode chegar a R\$50 milhões, e os empréstimos são amortizados em 96 meses, cujo início ocorreu em agosto de 2011. Em caso de inadimplência, a garantia esta vinculada aos recebíveis e os contratos estão anuídos pela ANEEL.

Descrição	Moeda Nacional	
	Circulante	Não Circulante
<b>Em 31 de Dezembro de 2011</b>	<b>374</b>	<b>24.825</b>
Ingressos	-	13.007
Encargos Provisionados	1.664	-
Transferências	2.550	(2.550)
Amortizações de Principal	(241)	-
Pagamentos de Encargos	(1.461)	-
<b>Em 31 de Dezembro de 2012</b>	<b>2.886</b>	<b>35.282</b>
Ingressos	-	2.249
Encargos Provisionados	2.140	-
Transferências	4.168	(4.168)
Amortizações de Principal	(2.552)	-
Pagamentos de Encargos	(2.354)	-
<b>Em 31 de Dezembro de 2013</b>	<b>4.288</b>	<b>33.363</b>



## 18. Debêntures

A emissão de 30 mil Debêntures não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$10, foi realizada em 15 de maio de 2013, com prazo de 72 meses para pagamento, ou seja, seu vencimento ocorrerá em 15 de maio de 2019. A amortização será feita em 3 parcelas anuais e consecutivas, sendo a primeira devida a partir do 48º mês, contado da data de emissão, que ocorrerá em 15 de maio de 2017, e a remuneração será paga em parcelas semestrais e consecutivas, sem carência, a partir da data de emissão.

Os recursos desta emissão destinaram-se, exclusivamente, para reforço de capital de giro e realização de investimentos. As Debêntures farão jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros – DI, “over extra-Grupo”, expressa na forma percentual ao ano, base de 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP e acrescidos de uma sobretaxa ou spread de 1,3%.

As Debêntures têm como compromisso contratual (*covenant*) apresentar a relação Dívida Líquida/EBITDA superior a 2, a partir do ano de 2014.

Descrição	Moeda Nacional	
	Circulante	Não Circulante
<b>Em 31 de Dezembro de 2012</b>	-	-
Ingressos	-	300.000
Atualização Monetária	19.680	-
Transferências	(228)	228
Pagamentos	(14.684)	-
Custos na emissão de Debêntures	(137)	(1.826)
<b>Em 31 de Dezembro de 2013</b>	<b>4.631</b>	<b>298.402</b>

## 19. Tributos e Contribuições Sociais

Descrição	2013	2012
ICMS	82.559	45.005
PIS/COFINS	23.728	22.292
IRPJ e CSLL	28.856	1.283
INSS Parcelamento	2.487	3.150
Outros	4.987	5.910
	<b>142.617</b>	<b>77.640</b>

## 20. Taxas Regulamentares

Descrição	2013	2012
Programa Eficiência Energética – PEE	147.766	156.818
Encargo de Capacidade Emergencial – ECE	60.432	53.329
Conta de Consumo de Combustível – CCC	-	12.609
Pesquisa & Desenvolvimento – P&D	67.381	68.104
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	4.838	17.323
Encargos do consumidor a Recolher (Lei Federal nº 12.111)	-	2.336
Taxa de Fiscalização ANEEL	441	930
Encargo de Aquisição de Energia Elétrica Emergencial – EAEEE	423	420
	<b>281.281</b>	<b>311.869</b>
<b>Circulante</b>	<b>172.565</b>	<b>122.685</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>108.716</b>	<b>189.184</b>

## 21. Provisão para Contingências

Nas datas destas Demonstrações Financeiras, a Celesc D apresentava os seguintes passivos, e correspondentes depósitos judiciais, relacionados a contingências:

Descrição	Depósitos Judiciais		Provisões para Contingências	
	2013	2012	2013	2012
Contingências Tributárias	1.628	1.540	(28.259)	(28.262)
Contingências Trabalhistas	51.334	61.038	(73.385)	(44.797)
Contingências Cíveis	42.168	28.378	(348.529)	(316.116)
Contingências Regulatórias	39.778	39.778	(44.797)	(28.937)
	<b>134.908</b>	<b>130.734</b>	<b>(494.970)</b>	<b>(418.112)</b>

A movimentação da provisão está demonstrada a seguir:

Descrição	Provisões para Contingências	Depósitos Judiciais
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>482.235</b>	<b>140.305</b>
Adições	53.270	28.211
Baixas	(117.393)	(37.782)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>418.112</b>	<b>130.734</b>
Adições	102.256	36.059
Baixas	(25.398)	(31.885)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>494.970</b>	<b>134.908</b>

### Natureza das Contingências

A Celesc D é parte envolvida em processos tributários, trabalhistas, cíveis e regulatórios, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial. Estes processos, quando aplicáveis, são amparados por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Superintendência Jurídica da Celesc D e de seus consultores jurídicos externos.

A natureza das obrigações pode ser sumariada como segue:

#### Contingências Tributárias

Estão relacionadas a contingências de ordem tributárias na esfera municipal e estadual.

### **Contingências Trabalhistas**

Estão relacionadas às reclamações movidas por empregados e ex-empregados da Celesc D e das Celesc D prestadoras de serviços relativas a questões de verbas rescisórias, salariais, enquadramentos e outros.

O principal incremento nas provisões trabalhistas durante o ano refere-se à ação movida pelo Ministério Público contra a Celesc D no que se refere às terceirizações. O processo encontra-se em fase de instrução e apresenta valor de R\$30 milhões. Os assessores jurídicos internos da Celesc D entendem que a mesma é provável de perda.

### **Contingências Cíveis**

Decorre, principalmente, de ações judiciais movidas pelos consumidores (classe industrial), que reivindicam o reembolso de valores pagos resultantes da majoração da tarifa de energia elétrica, com base nas Portarias DNAEE nº 38, de 27 de fevereiro de 1986 e nº 45, de 04 de março de 1986, aplicadas durante a vigência do Plano Cruzado. A Celesc D constituiu provisão considerada suficiente para cobrir eventuais perdas com os processos dessa natureza.

Quanto ao efeito sobre os anos subsequentes, denominados “Efeito Cascata”, não é possível no momento avaliar as possíveis decisões do Judiciário bem como estimar os possíveis efeitos.

Também foram constituídas provisões de diversas ações cíveis movidas por pessoas físicas e jurídicas, nas quais a Celesc D é ré, relativas a questões de indenizações causadas por falha na rede de energia elétrica, desapropriação e outras.

### **Contingências Regulatórias**

A Celesc D foi autuada pela ANEEL em alguns processos administrativos que implicaram em multas pela transgressão de alguns itens da qualidade no atendimento de consumidores e outras matérias. A Celesc D recorreu na esfera administrativa contra as penalidades impostas.

### **Perdas Possíveis, não Provisionadas**

A Celesc D tem ações de naturezas tributárias, trabalhistas e cíveis, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação da Superintendência Jurídica, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

Descrição	2013	2012
Contingências:		
Tributárias	1.157	1.275
Trabalhistas	681	2.188
Cíveis	24.079	15.870
Regulatórias	15.171	15.171
	<b>41.088</b>	<b>34.504</b>

## 22. Passivo Atuarial

Obrigações Registradas	2013	2012
		<b>Reapresentado</b>
<b>Planos Previdenciários (a)</b>	<b>598.387</b>	<b>1.008.435</b>
Plano Misto / Transitório	598.387	1.008.435
<b>Outros Benefícios a Empregados</b>	<b>461.102</b>	<b>478.955</b>
Plano Celos Saúde (b)	196.867	124.293
Programa de Demissão Voluntária Incentivada – PDVI (c)	10.803	34.882
Programa de Demissão Voluntária - PDV (d)	223.750	288.814
Outros Benefícios (e)	29.682	30.966
	<b>1.059.489</b>	<b>1.487.390</b>
<b>Circulante</b>	<b>172.275</b>	<b>130.960</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>887.214</b>	<b>1.356.430</b>

A Celesc D é patrocinadora da Celos, entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, que tem como objetivo principal a complementação de aposentadoria para os participantes representados basicamente pelos seus empregados.

### a) Planos Previdenciários

A partir de janeiro de 1997, foi implementado um novo plano de previdência complementar para os novos empregados com características de contribuição variável, denominado “Plano Misto”, contemplando a renda de aposentadoria programada. Para os participantes que pertenciam ao plano transitório foi elaborado um processo de migração dando oportunidade aos participantes do referido plano migrarem para o Plano Misto.

Este processo de migração se deu em dois períodos: de maio a agosto de 1999 e fevereiro de 2000. Mais de 98% dos empregados ativos optaram pela migração.

O Plano Misto tem características de benefício definido para a parcela de reserva matemática já existente na data da transição e contribuição definida para as contribuições posteriores a transição. O plano anterior de benefício definido, denominado “Plano Transitório” continua existindo, cobrindo quase que exclusivamente participantes aposentados e seus beneficiários.

A Celesc D firmou, em 30 de novembro de 2001, o contrato para pagamento de 277 contribuições adicionais mensais, com incidência de juros de 6% ao ano e atualização pela variação do IGP-M, para cobertura do passivo atuarial do Plano Misto e Transitório.

Em outubro de 2010 por meio de termo aditivo houve a mudança do indexador de atualização de Índice Geral de Preços do Mercado – IGP-M para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

**b) Plano Celos Saúde**

A Celesc D oferece aos seus empregados ativos, aposentados e pensionistas plano de saúde (assistência médica, hospitalar e odontológica).

**c) Programa de Demissão Voluntária Incentivada – PDVI**

Por meio da Deliberação nº 243, de 09 de dezembro de 2002, a Celesc D aprovou o PDVI, o qual foi homologado pelo Governo do Estado de Santa Catarina visando à redução de custos operacionais.

Esse programa foi implementado a partir de janeiro 2003 e teve a adesão de 1.089 empregados. Até 31 de dezembro de 2013 a Celesc D havia quitado o débito com 945 beneficiários (870 em 31 de dezembro de 2012).

**d) Programa de Demissão Voluntária – PDV**

Por meio da Deliberação nº 168, de 15 de maio de 2012, a Celesc D aprovou o Plano de Adequação de Quadros, do qual faz parte o Plano de Demissão Voluntária – PDV.

Esse programa foi implementado a partir de novembro de 2012 e teve a adesão de 734 empregados. Até 31 de dezembro de 2013 a Celesc D havia quitado o débito com 133 beneficiários.

**e) Outros Benefícios**

Trata-se de valores referentes a Auxílio Deficiente, Auxílio Funeral, indenização por morte natural ou acidental e Benefício Mínimo a Aposentadoria.

## Resultados da Avaliação Atuarial

### Conciliação dos ativos e passivos reconhecidos no balanço

Descrição	Plano Misto	Plano Transitório	Plano Celos Saúde	PDVI 2002	PDVI 2012	Plano Peculio	Outros Benefícios
	2012	2012	2012	2012	2012	2012	2012
<b>Em R\$ Mil</b>	<b>2012</b>	<b>2012</b>	<b>2012</b>	<b>2012</b>	<b>2012</b>	<b>2012</b>	<b>2012</b>
Valor presente da obrigações atuariais com cobertura	<b>1.672.550</b>	<b>898.700</b>	<b>144.271</b>	<b>34.882</b>	<b>288.814</b>	<b>6.584</b>	<b>33.044</b>
Benefícios Concedidos	1.354.341	897.197	55.474	34.882	288.814	845	30.951
Benefícios a Conceder	318.209	1.503	88.797	-	-	5.739	2.093
Valor justo dos ativos	1.185.284	377.531	19.978	-	-	8.662	-
Superávit / (Déficit)	<b>(487.266)</b>	<b>(521.169)</b>	<b>(124.293)</b>	<b>(34.882)</b>	<b>(288.814)</b>	<b>2.078</b>	<b>(33.044)</b>
Superávit não recuperável (Efeito do limite de Ativo)	-	-	-	-	-	-	-
(Passivo) / Ativo atuarial líquido total a ser provisionado	<b>(487.266)</b>	<b>(521.169)</b>	<b>(124.293)</b>	<b>(34.882)</b>	<b>(288.814)</b>	<b>2.078</b>	<b>(33.044)</b>
<b>Em R\$ Mil</b>	<b>2013</b>	<b>2013</b>	<b>2013</b>	<b>2013</b>	<b>2013</b>	<b>2013</b>	<b>2013</b>
Valor presente da obrigações atuariais com cobertura	<b>1.423.843</b>	<b>694.101</b>	<b>232.467</b>	<b>10.803</b>	<b>223.750</b>	<b>8.371</b>	<b>29.041</b>
Benefícios Concedidos	1.146.538	694.089	212.398	10.803	223.750	1.362	27.383
Benefícios a Conceder	277.305	12	20.069	-	-	7.009	1.658
Valor justo dos ativos	1.185.760	333.797	35.600	-	-	7.730	-
Superávit / (Déficit)	<b>(238.083)</b>	<b>(360.304)</b>	<b>(196.867)</b>	<b>(10.803)</b>	<b>(223.750)</b>	<b>(641)</b>	<b>(29.041)</b>
Superávit não recuperável (Efeito do limite de Ativo)	-	-	-	-	-	-	-
(Passivo) / Ativo atuarial líquido total a ser provisionado	<b>(238.083)</b>	<b>(360.304)</b>	<b>(196.867)</b>	<b>(10.803)</b>	<b>(223.750)</b>	<b>(641)</b>	<b>(29.041)</b>

### Movimentação do passivo (ativo) atuarial líquido

Descrição	Plano Misto	Plano Transitório	Plano Celos Saúde	PDVI 2002	PDVI 2012	Plano Peculio	Outros Benefícios
	2012	2012	2012	2012	2012	2012	2012
<b>Em R\$ Mil</b>	<b>2012</b>	<b>2012</b>	<b>2012</b>	<b>2012</b>	<b>2012</b>	<b>2012</b>	<b>2012</b>
Valor presente da obrigações em excesso ao valor justo dos ativos no início do ano	<b>(317.684)</b>	<b>(401.626)</b>	<b>(82.387)</b>	<b>(63.376)</b>	-	<b>(6.800)</b>	<b>(27.833)</b>
- Saldo 31 dezembro de 2011-							
Custo Inicial	-	-	-	-	(288.814)	-	-
Custo do Serviço	(2.605)	-	(5.315)	-	-	-	-
Juros sobre (Passivo) / Ativo líquido	(34.013)	(39.634)	(6.159)	(5.285)	-	(697)	(2.800)
Efeitos de remensuração reconhecidos em ORA	(160.554)	(108.339)	(54.018)	3.423	-	9.575	(4.182)
Contribuições pagas pela empresa	27.590	28.430	23.586	30.356	-	-	1.771
Valor presente da obrigações em excesso ao valor justo dos ativos no final do exercício	<b>(487.266)</b>	<b>(521.169)</b>	<b>(124.293)</b>	<b>(34.882)</b>	<b>(288.814)</b>	<b>2.078</b>	<b>(33.044)</b>
-Saldo 31 de dezembro de 2012-							
<b>Em R\$ Mil</b>	<b>2013</b>	<b>2013</b>	<b>2013</b>	<b>2013</b>	<b>2013</b>	<b>2013</b>	<b>2013</b>
Valor presente da obrigações em excesso ao valor justo dos ativos no início do ano	<b>(487.266)</b>	<b>(521.169)</b>	<b>(124.293)</b>	<b>(34.882)</b>	<b>(288.814)</b>	<b>2.078</b>	<b>(33.044)</b>
- Saldo 31 dezembro de 2012-							
Custo do Serviço	357	4.066	19.070	-	-	-	-
Juros sobre (Passivo) / Ativo líquido	(40.934)	(43.857)	(8.763)	(2.156)	(20.978)	180	(2.868)
Efeitos de remensuração reconhecidos em ORA	257.279	170.328	(114.817)	5.677	(930)	(3.096)	5.961
Contribuições pagas pela empresa	32.481	30.328	31.936	20.558	86.972	197	910
Valor presente da obrigações em excesso ao valor justo dos ativos no final do exercício	<b>(238.083)</b>	<b>(360.304)</b>	<b>(196.867)</b>	<b>(10.803)</b>	<b>(223.750)</b>	<b>(641)</b>	<b>(29.041)</b>
-Saldo 31 de dezembro de 2013-							

Reconciliação do valor justo dos ativos

Descrição	Plano Misto	Plano Transitório	Plano Celos Saúde	PDVI2002	PDVI2012	Plano Peculio	Outros Benefícios
	2012	2012	2012	2012	2012	2012	2012
<b>Em R\$ Mil</b>	<b>2012</b>	<b>2012</b>	<b>2012</b>	<b>2012</b>	<b>2012</b>	<b>2012</b>	<b>2012</b>
Valor Justo dos ativos no início do ano - Saldo 31 dezembro de 2011-	976.520	322.153	25.653	-	-	7.072	-
Benefícios pagos no ano	(55.123)	(48.376)	(53.215)	(30.356)	-	-	(1.771)
Contribuições de participantes vertidas no ano	4.419	4.066	24.089	-	-	-	-
Contribuições de patrocinadora vertidas no ano	27.590	28.430	23.586	30.356	-	-	1.771
Juros sobre Ativo	98.528	31.337	1.950	-	-	713	-
Ganho / (Perda) sobre os ativos	133.350	39.921	(2.085)	-	-	877	-
Valor Justo dos ativos no final do ano - Saldo 31 dezembro de 2012-	1.185.284	377.531	19.978	-	-	8.662	-
<b>Em R\$ Mil</b>	<b>2013</b>	<b>2013</b>	<b>2013</b>	<b>2013</b>	<b>2013</b>	<b>2013</b>	<b>2013</b>
Valor Justo dos ativos no início do ano - Saldo 31 dezembro de 2012-	1.185.284	377.531	19.978	-	-	8.662	-
Benefícios pagos no ano	(91.582)	(68.689)	(53.035)	(20.558)	(86.972)	(196)	(910)
Contribuições de participantes vertidas no ano	5.491	4.791	26.805	-	-	-	-
Contribuições de patrocinadora vertidas no ano	32.481	30.328	31.936	20.558	86.972	196	910
Juros sobre Ativo	101.900	32.094	1.499	-	-	752	(75)
Ganho / (Perda) sobre os ativos	(47.814)	(42.258)	8.417	-	-	(1.684)	75
Valor Justo dos ativos no final do ano - Saldo 31 dezembro de 2013-	1.185.760	333.797	35.600	-	-	7.730	-

Reconciliação do valor presente das obrigações

Descrição	Plano Misto	Plano Transitório	Plano Celos Saúde	PDVI2002	PDVI2012	Plano Peculio	Outros Benefícios
	2012	2012	2012	2012	2012	2012	2012
<b>Em R\$ Mil</b>	<b>2012</b>	<b>2012</b>	<b>2012</b>	<b>2012</b>	<b>2012</b>	<b>2012</b>	<b>2012</b>
Valor das obrigações no início do ano - Saldo 31 dezembro de 2011-	1.294.204	723.779	108.039	63.376	-	13.871	27.833
Custo Inicial	-	-	-	-	288.814	-	-
Custo do serviço corrente bruto (com juros)	2.605	-	5.315	-	-	-	-
Juros sobre obrigação atuarial	132.541	70.971	8.109	5.285	-	1.410	2.800
Benefícios pagos no ano	(55.123)	(48.376)	(53.215)	(30.356)	-	-	(1.771)
Contribuições de participante vertida no ano	4.419	4.066	24.089	-	-	-	-
Obrigações - (G)/P	293.904	148.260	51.934	(3.423)	-	(8.697)	4.182
Valor das obrigações calculadas no final do ano - Saldo 31 dezembro de 2012-	1.672.550	898.700	144.271	34.882	288.814	6.584	33.044
<b>Em R\$ Mil</b>	<b>2013</b>	<b>2013</b>	<b>2013</b>	<b>2013</b>	<b>2013</b>	<b>2013</b>	<b>2013</b>
Valor das obrigações no início do ano - Saldo 31 dezembro de 2012-	1.672.550	898.700	144.271	34.882	288.814	6.584	33.044
Custo do serviço corrente bruto (com juros)	(357)	(4.066)	(19.070)	-	-	-	-
Juros sobre obrigação atuarial	142.834	75.951	10.262	2.156	20.978	571	2.793
Benefícios pagos no ano	(91.582)	(68.689)	(53.035)	(20.558)	(86.972)	(196)	(910)
Contribuições de participante vertida no ano	5.491	4.791	26.805	-	-	-	-
Obrigações - (G)/P	(305.093)	(212.586)	123.234	(5.677)	930	1.412	(5.886)
Valor das obrigações calculadas no final do ano - Saldo 31 dezembro de 2013-	1.423.843	694.101	232.467	10.803	223.750	8.371	29.041



**Hipóteses Atuariais e Econômicas**

Descrição	2013	2012
Taxa de Desconto	11,18%	8,68%
Taxa Esperada de Retorno dos Ativos	11,18%	8,68%
Taxa de Crescimento Salarial	5,55%	5,55%
Taxa de Inflação Futura	4,50%	4,50%
Taxa de Crescimento dos Custos Médicos	7,67%	7,64%
Taxa de Crescimento dos Custos Médicos Faixa Etária	7,67%	7,64%
Taxa ou Tábua de Rotatividade	0,60%	0,80%
Taxa de Crescimento Real dos Benefícios do Plano	0,00%	0,00%
Indexador de Reajuste de Salários	IPCA	IPCA
Indexador de Reajuste dos Benefícios	IPCA	IPCA
Fator de Determinação do Valor Real dos Salários	97,50%	98%
Fator de Determinação do Valor Real dos Benefícios	97,50%	98%

**Hipóteses Biométricas**

Descrição	2013	2012
Mortalidade Geral	AT-1983	AT-1983
Mortalidade de Inválidos	AT-1949	AT-1949
Entrada em Invalidez	Ligth Média agravada em 25%	Ligth Média agravada em 40%

**f) Despesa para o exercício de 2014**

A estimativa da despesa para o exercício de 2014 está demonstrada a seguir:

Planos	Despesa a ser reconhecida em 2014	
	Em R\$ Mil	
Plano Transitorio	33.571	
Plano Misto	23.091	
Plano Pecúlio	61	
PDVI 2002	601	
PDVI 2012	20.290	
Plano Médico	(5.950)	
Outros	3.196	
	<u>74.861</u>	

### 23. Juros sobre Capital Próprio - JCP

Em conformidade com a Lei no 9.249/95, a administração da Celesc D aprovou, em reunião do Conselho de Administração, realizada em 12 de dezembro de 2013, a distribuição a seus acionistas de juros sobre o capital próprio, calculados com base na variação da Taxa de Juros a Longo Prazo (TJLP), imputando-os ao valor do dividendo mínimo obrigatório. Em atendimento à legislação fiscal, o montante dos juros sobre o capital próprio de R\$34.152 (líquido de imposto de renda na fonte) foi contabilizado como despesa financeira. No entanto, para efeito dessas demonstrações financeiras, os juros sobre o capital próprio são apresentados como distribuição do lucro líquido do exercício, portanto, reclassificados para o patrimônio líquido, pelo valor bruto, uma vez que os benefícios fiscais por ele gerados são mantidos no resultado do exercício.

A proposta de dividendos consignada nas demonstrações financeiras da Companhia, sujeita à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral é calculada nos termos da referida lei, em especial no que tange ao disposto nos artigos 196 e 197, é assim demonstrada:

Descrição	2013
Lucro Líquido do Exercício	149.258
Constituição de Reservas Legal (5%)	(7.463)
Base de Cálculo dos Dividendos e JCP	141.795
Juros s/ Capital Próprio - JCP a ser Aprovado pela AGE	40.179
IRRF	(6.027)
JCP a Pagar	34.152
Dividendos propostos	2.360
Mínimo Obrigatório (25%)	35.449
Parcela Excedente ao Mínimo Obrigatório	1.063

### 24. Patrimônio Líquido

#### a) Capital Social

O Capital Social Subscrito e Integralizado da Celesc D é de R\$1.053.590 em 31 de dezembro de 2013 (idem em 31 de dezembro de 2012) representado por 630 milhões ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, sendo que a totalidade das ações pertence a Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc.

#### b) Reserva Legal e de Retenção de Lucros

A Reserva Legal é constituída anualmente como destinação de 5% do Lucro Líquido do Exercício e não poderá exceder a 20% do Capital Social. A Reserva Legal tem por fim assegurar a integridade do Capital Social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

A Reserva de Retenção de Lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de Lucros Acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimentos, conforme orçamento de capital aprovado e proposto pelos administradores da Celesc D, para ser deliberado na Assembléia Geral dos Acionistas, em observância ao artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

## 25. Receita Operacional

Descrição	2013	2012
<b>Receita Operacional Bruta – ROB</b>	<b>6.618.833</b>	<b>6.830.058</b>
Fornecimento de Energia Elétrica (a)	5.063.731	5.809.063
Suprimento de Energia Elétrica (a)	119.082	111.606
Disponibilização da Rede Elétrica	206.032	360.580
Energia de Curto Prazo	549.707	150.586
Arrendamentos e Aluguéis	50.751	41.094
Doações e Subvenções (i)	309.863	-
Receita de Construção	303.456	338.057
Outras Receitas Operacionais	16.211	19.072
<b>Deduções da Receita Operacional</b>	<b>(1.838.630)</b>	<b>(2.481.441)</b>
ICMS	(1.145.465)	(1.334.937)
PIS	(102.774)	(110.258)
COFINS	(473.385)	(494.289)
Reserva Global de Reversão – RGR	(3.498)	(42.666)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(58.059)	(207.878)
Conta de Consumo de Combustíveis – CCC	(12.609)	(239.154)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	(21.747)	(20.025)
Programa de Eficiência Energética – PEE	(20.977)	(19.976)
Outros Encargos	(116)	(12.258)
<b>Receita Operacional Líquida – ROL</b>	<b>4.780.203</b>	<b>4.348.617</b>

(i) Valor repassado pela Eletrobras, referente ao ressarcimento dos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, conforme previsto no art. 13, inciso VII, da Lei no 10.438, de 26 de abril de 2002, redação dada pela MP nº 605, de 23 de janeiro de 2013, e em cumprimento ao disposto no art. 3º do Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013. O montante mensal da receita contabilizada nos meses de fevereiro a novembro de 2013 foi de R\$26.624 e no mês de dezembro de 2013 foi de R\$31.802. As demais se referem ao Programa de Baixa Renda no montante de R\$11.821.

## a) Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica

A composição da receita bruta de fornecimento por classe de consumidores é a seguinte:

Descrição	Número de Consumidores (i)		MW (i)		Receita Bruta	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
Residencial	2.006.227	1.936.800	4.865.018	4.636.738	1.696.057	1.945.343
Industrial	96.798	91.302	4.490.935	4.620.152	1.551.249	1.801.562
Comercial	231.214	222.281	3.316.687	3.268.301	1.219.619	1.391.423
Rural	230.866	230.123	1.205.260	1.173.357	257.235	286.443
Poder Público	20.795	19.906	390.058	374.278	142.610	165.941
Iluminação Pública	542	490	543.439	528.907	108.793	120.899
Serviço Público	2.609	2.458	306.743	295.095	88.168	97.452
<b>Total do Fornecimento</b>	<b>2.589.051</b>	<b>2.503.360</b>	<b>15.118.140</b>	<b>14.896.828</b>	<b>5.063.731</b>	<b>5.809.063</b>
Suprimento de Energia	48	47	1.328.932	1.260.283	119.082	111.606

(i) Informações não auditadas.

## 26. Custos e Despesas Operacionais

Os Custos e Despesas Operacionais são compostos pelas seguintes naturezas de gastos:

31 de dezembro de 2013

Descrição	Com Energia Elétrica (a)	De Operação	Com Vendas	Gerais e Administrativas	Outras Despesas	Total
Pessoal (b)	-	277.082	35.793	84.641	12.609	<b>410.125</b>
Administradores	-	-	-	10	-	<b>10</b>
Passivo Atuarial	-	-	-	95.883	-	<b>95.883</b>
Entidade de Previdência Privada	-	15.997	1.945	4.794	-	<b>22.736</b>
Material	-	12.249	3	5.457	-	<b>17.709</b>
Serviços de Terceiros	-	64.136	69.589	66.541	582	<b>200.848</b>
Energia Elétrica Comp. Revenda	3.384.543	-	-	-	-	<b>3.384.543</b>
Encargo de Uso da Rede Elétrica	285.777	-	-	-	-	<b>285.777</b>
Taxa de Fiscalização ANEEL	-	-	-	-	8.711	<b>8.711</b>
Depreciação e Amortização	-	125.391	-	31.878	-	<b>157.269</b>
Progr. Incent. Fontes Altern. – Proinfa	113.256	-	-	-	-	<b>113.256</b>
Provisões	-	-	93.278	-	102.256	<b>195.534</b>
Reversão de Provisões	-	-	(76.759)	-	(25.399)	<b>(102.158)</b>
Despesa de Construção	-	303.456	-	-	-	<b>303.456</b>
Recuperação de Despesas	(569.507)	(4.582)	(1.157)	(12.636)	(1.397)	<b>(589.279)</b>
Outras Despesas Operacionais	-	13.043	90.933	27.409	12.349	<b>143.734</b>
	<b>3.214.069</b>	<b>806.772</b>	<b>213.625</b>	<b>303.977</b>	<b>109.711</b>	<b>4.648.154</b>

Descrição	Com Energia Elétrica	De Operação	Com Vendas	Gerais e Administrativas	Outras Despesas	Total
Pessoal (b)	-	298.602	39.497	389.418	41.443	<b>768.960</b>
Administradores	-	-	-	698	-	<b>698</b>
Passivo Atuarial	-	-	-	54.739	-	<b>54.739</b>
Entidade de Previdência Privada	-	17.607	2.218	5.490	-	<b>25.315</b>
Material	-	16.109	8	6.578	-	<b>22.695</b>
Serviços de Terceiros	-	57.022	56.759	62.683	575	<b>177.039</b>
Energia Elétrica Comp. Revenda	2.581.153	-	-	-	-	<b>2.581.153</b>
Encargo de Uso da Rede Elétrica	447.532	-	-	-	-	<b>447.532</b>
Taxa de Fiscalização ANEEL	-	-	-	-	10.872	<b>10.872</b>
Depreciação e Amortização	-	115.410	-	36.628	-	<b>152.038</b>
Progr. Incent. Fontes Altern. – Proinfa	98.461	-	-	-	-	<b>98.461</b>
Provisões	-	-	102.999	-	53.271	<b>156.270</b>
Reversão de Provisões	-	-	(7.661)	-	(117.392)	<b>(125.053)</b>
Despesa de Construção	-	338.057	-	-	-	<b>338.057</b>
Recuperação de Despesas	-	(4.085)	(125)	(20.447)	(10.157)	<b>(34.814)</b>
Outras Despesas Operacionais	-	13.694	19.521	23.542	14.568	<b>71.325</b>
	<b>3.127.146</b>	<b>852.416</b>	<b>213.216</b>	<b>559.329</b>	<b>(6.820)</b>	<b>4.745.287</b>

**a) Custo com Energia Elétrica**

Descrição	2013	GWh (i)	2012	GWh (i)
Centrais Elétricas Brasileiras S.A	497.068	4.403	425.040	4.471
Tractebel Energia Comercializadora	390.060	2.728	364.306	2.700
Petrobras S/A - Ute Governador Leon	218.033	1.317	167.397	1.322
Furnas Centrais Elétricas S/A	184.757	1.585	169.770	1.685
Cemig Geração e Transmissão S/A	152.809	984	148.641	1.034
Centrais Elétricas de Pernambuco.	136.017	277	108.113	278
Cesp - Companhia En. de Sao Paulo	116.508	920	112.939	930
Copel Geração e Transmissão S.A	115.264	916	109.489	950
Energetica Camacari Muricy S/A	115.249	241	66.795	242
Companhia Energetica de Petrolina	111.955	200	41.491	200
Arembepe Energia S/A	105.331	241	69.523	242
Eletronuclear S.A.	83.863	724	-	-
Energética Suape II S.A.	78.503	203	14.623	204
Companhia Energética Potiguar S/A	67.761	134	48.662	134
Porto do Pecem Geração de Energia	65.126	472	20.088	210
Lages Bioenergética Ltda	41.643	193	38.329	194
Enguia Gen Ba Ltda - Jaguarari	40.300	136	21.923	136
UTE Porto do Itaquí Geração de Energia	35.002	242	-	-
Foz do Chapecó Energia S.A	32.298	199	29.892	200
Cgtee - Cia de Ger. Term. de E.E.	31.251	380	43.549	383
Companhia Energética Estreito	30.649	197	28.430	197
Santo Antonio Energia SA	29.375	301	295	3
Usina Xavantes S.A - Aruanã	21.675	37	12.014	37
Brentech Energia S/A	17.473	50	16.889	51
Candeias Energia S.A.	15.344	33	6.746	32
Usina Termelétrica de Anápolis Ltda	15.093	33	10.815	33
Serra do Facão Energia S.A.	15.089	93	13.965	93
Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A.	11.479	104	10.805	103
Santa Cruz Power Corp. Usinas Hidro.	10.836	50	7.449	51
Linhares Geração S/A	10.654	33	4.191	33
Geradora de Energia do Norte S/A	10.043	37	6.907	36
Centrais Elétricas da Paraíba S/A	9.799	37	5.967	37
Termelétrica Viana S/A	9.643	18	4.162	19
Borborema Energetica S.A.	8.991	18	3.000	19
Açucareira Zillo Lorenzetti S/A	8.989	67	10.297	67
Centrais Elétricas Norte do Brasil	8.467	78	9.412	95
Rio PCH I S.A.	8.429	52	7.901	52
Eletrosul Centrais Elétricas S/A	8.270	50	6.712	51
Empresa Energética Porto das Pedras	8.088	50	7.487	51
Energest S/A	7.732	56	7.307	57
Maracanau Geradora de Energia S/A	7.721	18	1.993	19
Santa Fé Energia S/A	6.178	38	5.768	39
Outros	80.149	931	155.281	1.872
	<b>2.978.964</b>	<b>18.876</b>	<b>2.344.363</b>	<b>18.562</b>
Encargo de Uso da Rede Elétrica	285.777	-	447.532	-
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE	405.579	(23)	236.790	(158)
Proinfa	113.256	407	98.461	422
Recuperação de Despesas	(569.507)	-	-	-
	<b>235.105</b>	<b>384</b>	<b>782.783</b>	<b>264</b>
	<b>3.214.069</b>	<b>19.260</b>	<b>3.127.146</b>	<b>18.826</b>

(i) Informações não auditadas.

## b) Pessoal

Descrição	2013	2012
Remunerações	213.225	231.872
Encargos Sociais	91.460	105.545
Participação nos Lucros e Resultados	12.009	10.610
Benefícios Assistenciais	26.696	28.010
Programa de Demissão Voluntária - PDV	-	290.382
Provisões e Indenizações	66.735	102.541
	<b>410.125</b>	<b>768.960</b>

## 27. Resultado Financeiro

Descrição	2013	2012
<b>Receitas Financeiras</b>	<b>193.466</b>	<b>269.170</b>
Renda de Aplicações Financeiras	29.104	16.849
Variações Monetárias	5.820	12.218
Incentivo Financeiro Fundo Social	19.650	16.800
Juros e Acréscimos Moratórios s/ Energia Vendida	50.478	56.937
Deságios Fornecedores	178	462
Desvalorização Cambial Energia Elétrica	7.604	6.115
Receita FIDC	4	1.366
Receitas Financeiras - VNR	70.338	154.266
Outras Receitas Financeiras	10.290	4.157
<b>Despesas Financeiras</b>	<b>(110.191)</b>	<b>(68.843)</b>
Encargos de Dívidas	(30.610)	(24.893)
Var. Monet. e Acrésc. Moratórios s/ Energia Comprada	(17.098)	(12.169)
Atualização P&D e Eficiência Energética	(17.474)	(18.684)
Variações Monetárias	(4.155)	(645)
Variações Monetárias - Debêntures	(19.681)	-
Despesas Financeiras - VNR	(6.276)	-
Juros sobre o Capital Próprio	40.179	-
Reversão dos Juros sobre o Capital Próprio	(40.179)	-
Outras Despesas Financeiras	(14.897)	(12.452)
	<b>83.275</b>	<b>200.327</b>

## 28. Reajuste Tarifário da Celesc D

A ANEEL por meio da Resolução Homologatória nº 1.574, de 30 de julho de 2013, homologou as Tarifas de Energia – TEs e as Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição – TUSDs dos consumidores atendidos pela área de concessão da Celesc D.

O reposicionamento tarifário da Celesc D foi em média 15,37% (quinze vírgula trinta e sete por cento), sendo 14,50% (quatorze vírgula cinquenta por cento) referentes ao reajuste tarifário anual econômico e 0,87% (zero vírgula oitenta e sete por cento) relativos aos componentes financeiros pertinentes. O efeito médio percebido pelos consumidores do Grupo A e B foi de 13,73%.

O reajuste das tarifas praticado pela Celesc D a partir de 07 de agosto de 2013 até 06 de agosto de 2014, pode ser observado na tabela a seguir:

Subgrupo/Classe	Reajuste
A1 (230 kV ou mais)	19,15%
A2 (88 a 138 kV)	10,85%
A3 (69 kV)	16,62%
A3a (30 a 44 kV)	19,80%
A4 (2,3 a 25 kV)	14,10%
B1 (Baixa Tensão – Residencial e Baixa Renda)	12,90%
B2 (Baixa Tensão – Rural)	17,98%
B3 (Baixa Tensão – Demais Classes)	13,00%
B4 (Baixa Tensão – Iluminação Pública)	18,00%

Fonte: ANEEL

## 29. Medida Provisória nº 627/2013

Em 11 de novembro de 2013, o Governo Federal emitiu a MP nº 627, que altera a legislação tributária federal relativa ao Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ, à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, à Contribuição para o PIS/PASEP e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS e outras providências, e Instrução Normativa – IN nº 1397, de 16.09.2013, alterada pela IN nº 1422 de 19.12.2013.

Embora a MP 627/13 entre em vigor a partir de 1º de janeiro de 2015, há a possibilidade de opção (de forma irrevogável) pela sua aplicação a partir de 1º de janeiro de 2014. Tramitam na Câmara dos Deputados e pelo Senado emendas para alteração da MP, sendo que, a Receita Federal do Brasil ainda não editou as regras para a adoção.

A Administração ainda não concluiu se irá ou não efetuar a opção pela adoção antecipada e aguardará a conversão em Lei da MP nº 627/13 e o disciplinamento de diversas matérias pela Receita Federal do Brasil, para uma análise mais aprofundada e conclusiva, pois a medida provisória possui um número relevante de emendas propostas, com possibilidade de que algumas das suas disposições sejam alteradas e/ou esclarecidas.



De acordo com as análises preliminares da Administração, não foram identificados impactos relevantes decorrentes da distribuição de lucros nos últimos cinco anos, do limite de dedução de juros sobre capital próprio e do excedente ao limite de isenção de tributação do resultado do método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

### **30. Eventos Subseqüentes**

#### **Publicação do Decreto nº 8.203/14 – Repasse de recursos da CDE**

Em 07 de março de 2014, foi publicado o Decreto nº 8.203/14, que altera o Decreto nº 7.891/13, de forma a incluir a neutralização da exposição involuntária das concessionárias de distribuição no mercado de curto prazo, estendendo a cobertura do repasse dos recursos da CDE para a competência de janeiro de 2014. O montante do recurso da CDE a ser repassado, conforme Despacho ANEEL nº 515/14, referente à compra de energia ocorrida durante o mês de janeiro de 2014, é de R\$66.308.



## Relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas e Administradores da  
Celesc Distribuição S.A.  
Florianópolis - SC

Examinamos as demonstrações financeiras da Celesc Distribuição S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar



nossa opinião.

### **Opinião**

Em nossa opinião as demonstrações financeiras, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Celesc Distribuição S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Florianópolis, 27 de março de 2014

KPMG Auditores Independentes  
CRC SC-000071/F-8

Claudio Henrique Damasceno Reis  
Contador CRC SC-024494/O-1

## MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Celesc Distribuição S.A. – Celesc D. declara que examinou, revisou e concorda com todas as informações contidas nas Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

Consoante com o posicionamento dos auditores KPMG Auditores Independentes, aprova os referidos documentos, e propõe sua aprovação por parte dos Senhores Acionista.

Florianópolis (SC), 27 de março de 2014.

---

Pedro Bittencourt Neto  
(Presidente)

---

Ives César Fülber

---

Antonio Marcos Gavazzoni

---

Milton de Queiroz Garcia

---

Andriei José Beber

---

Marcelo Gasparino da Silva

---

Derly Massaud de Anunciação

---

Pedro Henrique Almeida Pinto de Oliveira

---

Roosevelt Rui dos Santos

---

Edimar Rodrigues de Abreu

---

Sérgio Ricardo Miranda Nazaré

---

Cleverson Siewert

---

Jair Maurino Fonseca

## Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Celesc D, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, dando cumprimento ao que dispõem o artigo 163, da Lei nº 6.404/76, e suas posteriores alterações, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2013. Com base nos trabalhos, entrevistas e acompanhamentos realizados ao longo do exercício, e considerando, ainda, o relatório dos auditores KPMG Auditores Independentes, datado de 27 de março de 2014, opina por unanimidade que tais documentos estão em condições de serem submetidos à apreciação dos Senhores Acionistas.

Florianópolis (SC), 27 de março de 2014.

---

Paulo da Paixão Borges de Andrade

---

Carlos Antônio Vergara Cammas

---

Luiz Hilton Temp

---

Antonio Ceron

---

Telma Suzana Mezia

---

**Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**

---

Os Diretores da Celesc Distribuição – Celesc D declaram que examinaram, revisaram e concordam com todas as informações contidas na Demonstração Financeiras.

---

**Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes**

---

Os Diretores da Celesc Distribuição – Celesc D declaram que examinaram, revisaram e concordam com todas as informações contidas no Relatório dos Auditores Independentes, sobre as Demonstrações Financeiras.

**Diretoria Executiva**

**Cleverson Siewert**  
**Diretor Presidente**

**Clairton Belém da Silva**  
**Diretor de Planejamento e Controle**  
**Interno**

**Antônio José Linhares**  
**Diretor de Regulação e Assuntos**  
**Jurídicos**

**José Carlos Oneda**  
**Direto Econômico-Financeiro**

**André Luiz Bazzo**  
**Diretor de Gestão Corporativa**

**James Alberto Giacomazzi**  
**Diretor de Distribuição**

**Eduardo Cesconeto de Souza**  
**Diretor Comercial**

**José Braulino Stähelin**  
**Contador – CRC/SC 018.996/O-8**